

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

apresenta:



3º BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO

DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA 2018- 2030

ANO DE 2021

PREFEITO

Ricardo Nunes

COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretário de Governo Municipal

Rubens Naman Rizek Jr.

Secretário Municipal de Educação

Fernando Padula

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Carlos Bezerra Júnior

Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia

Juan Quirós

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Sonia Francine Gaspar Marmo

Secretário Municipal de Saúde

Luiz Carlos Zamarco

COORDENAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Alexis Galias de Souza Vargas

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretaria de Governo Municipal

Mariana Brito

Amanda Theodoro de Souza

Secretaria Municipal de Saúde

Athenê Maria de Marco França Mauro

Juliana André Nunes

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Marcela Garcia Correa

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Conselho Municipal de Direitos Humanos

Esequias Marcelino da Silva Filho

Fabiana Zacarias Cesário Feitosa

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Isabela Grilo Pessoni

Cristiane Pereira

Câmara Municipal de São Paulo

Vereadora Janaína Lima

Maykelen Goulart Lino Fontoura

Secretaria Municipal de Educação

José Roberto de Campos Lima

Matilde Aparecida da Silva Franco

Conselho Tutelar

Fernanda Abreu da Silva (CT Sé)

Mildo Ferreira dos Santos (CT Sé)

Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

Rafael Marins Fialho

Liliane Aparecida Bertolucci Sobral

Sociedade Civil

Adolfo Pereira Mendonça (CREN)

Maria Paula Albuquerque (CREN)

Maria Rosa Lopes Pereira (Fundação Comunidade da Graça)

Suelem dos Santos Rolim (Fundação Comunidade da Graça)

COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental | Secretaria de Governo Municipal
Débora Gambetta Paim

CRIAÇÃO PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Assessora Técnica | Secretaria de Governo Municipal
Rebecca Dantas Carneiro (SGM/SEPE)

AGRADECIMENTOS

Às Secretarias Municipais da Pessoa com Deficiência, de Cultura, de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, de Esportes e Lazer, de Habitação, de Mobilidade e Trânsito, de Subprefeituras, do Verde e Meio Ambiente, de Urbanismo e Licenciamento e a Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, pelas contribuições técnicas ao documento.

Às organizações da sociedade civil que responderam ao formulário de mapeamento, nos ajudando a entender a contribuição da sociedade civil organizada para o alcance das metas do PMPI.

Aos demais vereadores e veradoras que forneceram informações para a elaboração do relatório do Poder Legislativo.



Lista de siglas

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
CAE	Centro de Acolhida Especial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CE	Centro Esportivo
CEFAI	Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão
CEI	Centro de Educação Infantil
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
GCM	Guarda Civil Metropolitana
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMESCA	Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
CMETI	Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil
CODAE	Coordenadoria de Alimentação Escolar
COVISA	Coordenadoria de Vigilância em Saúde
CRAI	Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes
CREN	Centro de Recuperação e Educação Nutricional
CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
DIEI	Divisão de Educação Infantil
DIU	Dispositivo Intrauterino
DRE	Diretoria Regional de Ensino
DTIC	Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação
DVA	Declaração de Vacinação Atualizada
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMASP	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo

EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMIA	Escola Municipal de Iniciação Artística
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ESPASO	Espaço Público do Aprender Social
FBvL	Fundação Bernard Van Leer
FMCSV	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
FUMCAD	Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
GEVID	Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica
GT	Grupo de Trabalho
INDIQUE	Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais e Transgênero
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAAPA	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem
NDH	Núcleos de Direitos Humanos
NTF	Núcleo Técnico de Formação
OCA	Orçamento Criança e Adolescente
ODH	Ouvidoria de Direitos Humanos
OPI	Orçamento Primeira Infância
PIAPI	Programa de Iniciação Artística para Primeira Infância
PMI	Programa Municipal de Imunizações
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
POT	Programa Operação Trabalho
PSE	Programa Saúde na Escola
PSEA	Prevenção de Exploração e Abuso Sexual
REMAMI	Programa Rede Municipal de Atenção Materno Infantil
RME	Rede Municipal de Ensino
SASF	Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio

SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMSE-MA	Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
SMT	Secretaria de Mobilidade e Trânsito
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
STS	Supervisão Técnica de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro do Autismo
TEG	Transporte Escolar Gratuito
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UVIS	Unidades de Vigilância em Saúde
WRI	World Resources Institute

SUMÁRIO

Resumo Executivo _____ **08**

Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo _____ **15**

**Relatório do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente** _____ **195**

Relatório da Poder Legislativo _____ **203**

**Mapeamento das Organizações da
Sociedade Civil (OSC)** _____ **209**

RESUMO EXECUTIVO

Em novembro de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou o Decreto nº 58.514/18, que instituiu o primeiro Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) da cidade, definindo metas e estratégias voltadas a promover e assegurar os direitos de crianças de 0 a 6 anos, especialmente as mais vulneráveis, até 2030, horizonte temporal alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O decreto municipal prevê o acompanhamento anual de sua implementação, atendendo também à exigência prevista no inciso VI, do art. 4º, da Lei Municipal nº 16.710/17, que dispõe sobre a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, de “monitoramento permanente, avaliação periódica e ampla publicidade das ações e dos resultados” das políticas públicas pela primeira infância.

Por meio da Resolução nº 02/CGIPMIPI/2019, o Comitê Gestor Intersectorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância instituiu a Comissão de Avaliação para as funções de monitoramento e avaliação do PMPI. Tal comissão é composta por membros do Poder Executivo, Poder Legislativo, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Sociedade Civil, cujos representantes são eleitos para mandato de dois anos. Atualmente, representam a sociedade civil na comissão o CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional e a Fundação Comunidade da Graça, em mandato que se iniciou em 2021 e se encerrará em 2023.

Este documento constitui o 3º Balanço Anual do PMPI e é composto por relatórios preparados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, CMDCA e Sociedade Civil, nos quais constam as ações implementadas e os recursos mobilizados no ano de 2021 por esse conjunto de atores para o avanço no alcance das metas definidas no PMPI para 2030. Os relatórios a seguir evidenciam significativos avanços na implementação do PMPI. Entretanto, em análise conjunta, os membros da Comissão de Avaliação identificaram desafios relacionados tanto ao processo de monitoramento quanto à implementação e efetivação das diretrizes do PMPI que cumpre evidenciar:

- 1)** Entende-se necessária a qualificação dos processos e fluxos de monitoramento e avaliação do PMPI para torná-los mais tempestivos, úteis e metodologicamente consistentes. Nesse sentido, em 2022, antes da publicação deste documento, foi estabelecido um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Avaliação do PMPI destinado a desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação para o plano.
- 2)** Também foi identificada a necessidade de estabelecer indicadores que permitam monitorar especificamente o alcance das metas do PMPI bianualmente, conforme previsto no Decreto nº 58.514/18.
- 3)** Além disso, permanece desafiadora a inclusão da perspectiva dos atores da ponta - representados principalmente pelos Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância -, das famílias e das crianças nos processos de monitoramento e avaliação do PMPI. Nesse sentido, já se pode vislumbrar que tais perspectivas serão incluídas na avalia-

ção de impacto do PMPI, prevista para ocorrer a cada quatro anos.

4) Muito importante, em razão da desigualdade e diversidade do território da cidade de São Paulo, a territorialização de informações utilizadas na produção dos relatórios também se apresenta desafiadora. Faz-se necessário localizar as ações no território e desenvolver metodologia adequada para a apresentação desses dados de forma georreferenciada.

5) Em que pese o empenho dos representantes da sociedade civil na Comissão de Avaliação em mapear as organizações que atuam com primeira infância no município, a compreensão das ações da sociedade civil e do setor privado que contribuem para a implementação do PMPI ainda permanece um desafio. Faz-se necessário não apenas desenvolver e aplicar metodologia para a realização de um diagnóstico da atuação de organizações da sociedade civil e empresas em prol da primeira infância em São Paulo, como estabelecer canais que permitam ampliar a participação desses atores nos processos de monitoramento e avaliação.

6) No que diz respeito à relatoria do CMDCA, identificou-se também a necessidade de aprimorar a metodologia de coleta de dados relativos aos projetos com financiamento do FUMCAD para além da parcerização. Isto é, desenvolver estratégias para a coleta e análise de dados relativos aos projetos financiados pelo fundo enquanto contribuições da sociedade civil para o alcance das metas do PMPI.

7) Além disso, foi levantada a possibilidade de o relatório do Poder Executivo incorporar informações atualmente presentes nos relatórios do CMDCA, principalmente no que diz respeito às contribuições do órgão para a implementação da estratégia “Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância” (Eixo I, Meta 5).

8) Por fim, nota-se que a transparência em relação à utilização de recursos para a implementação do PMPI pode ser aprimorada. Nesse sentido, fazem-se necessários o aperfeiçoamento do Orçamento da Primeira Infância como ferramenta de planejamento e sua integração com os processos de monitoramento do PMPI.

PMS
P
M
S

Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo

Balanço 2021

Relatório da Prefeitura Municipal de São Paulo

INTRODUÇÃO

No Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), previu-se também que, até 2030, a cada gestão eleita, seria elaborado um plano de ação com os compromissos assumidos para os anos de mandato que contribuiriam para o alcance das metas do PMPI. Dessa forma, em 2021, foi elaborado o Plano de Ação 2021 - 2024, com a participação de 15 Secretarias Municipais, a saber: Governo (SGM), Educação (SME), Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Inovação e Tecnologia (SMIT), Pessoa com Deficiência (SMPED), Cultura (SMC), Esportes e Lazer (SEME), Mobilidade e Trânsito (SMT), Habitação (SEHAB), Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), Verde e Meio Ambiente (SVMA), Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e Subprefeituras (SMSUB).

O Plano de Ação 2021 - 2024 define metas intermediárias para 2022 e 2024 que se relacionam às metas previstas para 2030. Além disso, as diretrizes estratégicas definidas para o período entre 2021 e 2024 compreendem focalizações que subsidiaram a formulação das metas intermediárias e do conjunto de iniciativas previstas para os quatro anos. São elas: 1) *Redução das desigualdades, evidenciando as questões raciais*, e 2) *Enfrentamento aos impactos negativos da pandemia*



de Covid-19. Complementarmente às diretrizes estratégicas foram definidos, ainda, 2 critérios de priorização: *território e público específico*.

No critério território, foi atualizado o diagnóstico territorial que embasa o PMPI, com a inclusão, referendada pela Comissão Técnica da Primeira Infância, do indicador taxa padronizada de mortalidade por Covid-19, não existente no conjunto de 10 indicadores utilizado para o ciclo 2019 - 2020. A partir da mesma metodologia utilizada no ciclo anterior para definição dos distritos prioritários, foram considerados indicadores multifatoriais de vulnerabilidade em todos os distritos do Município de São Paulo e selecionados aqueles que figuravam o maior número de vezes (entre 4 e 6) como distritos mais impactados ou mais vulneráveis e que tinham o maior número de crianças de 0 a 6 anos (critério de desempate). Sendo assim, a lista de distritos prioritários da Primeira Infância para o ciclo 2021 - 2024 ficou como segue.

DISTRITOS PRIORITÁRIOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA | SÃO PAULO

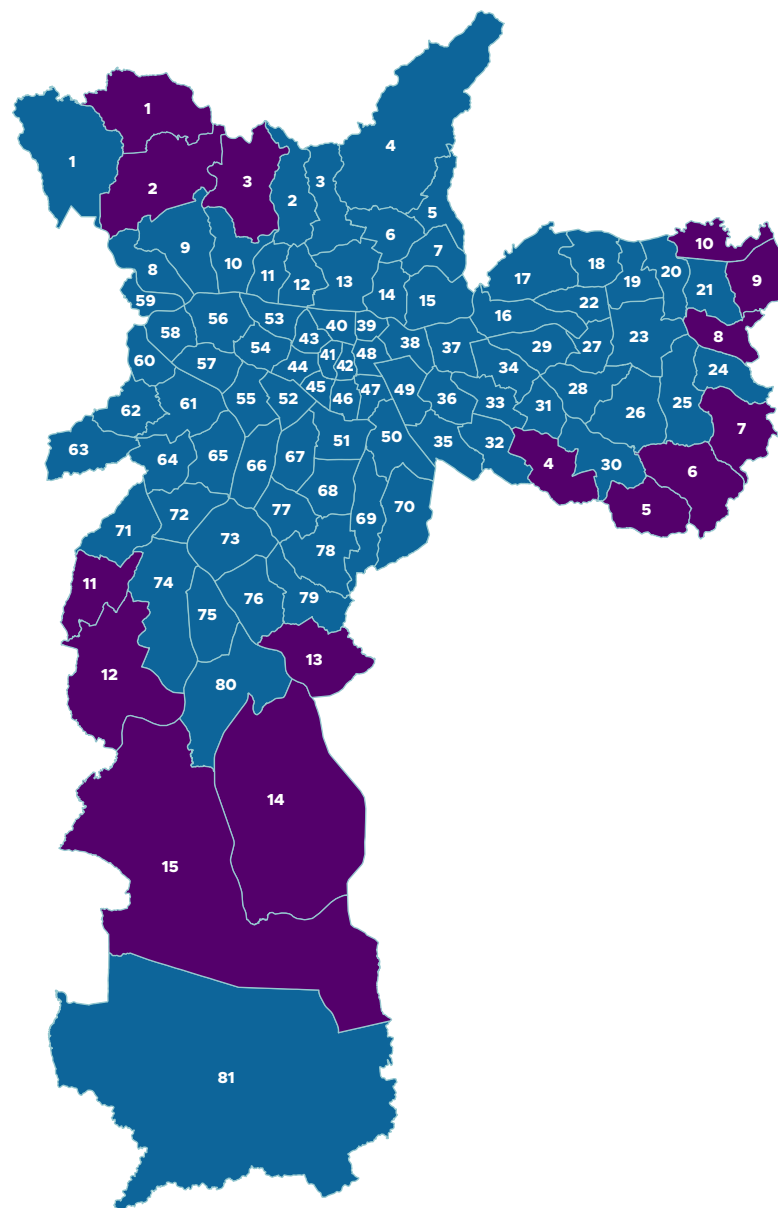
PRIORITÁRIOS

1. PERUS
2. JARAGUÁ
3. BRASILÂNDIA
4. SAPOEMBA
5. SÃO RAFAEL
6. IGUATEMI
7. CIDADE TIRADENTES
8. LAJEADO
9. ITAIM PAULISTA
10. JARDIM HELENA
11. CAPÃO REDONDO
12. JARDIM ÂNGELA
13. PEDREIRA
14. GRAJAÚ
15. PARELHEIROS

OUTROS

1. ANHANGUERA
2. CACHOEIRINHA
3. MANDAQUI
4. TREMEMBÉ
5. JAÇANÃ
6. TUCURUVI
7. VILA MEDEIROS
8. SÃO DOMINGOS
9. PIRITUBA
10. FREGUESIA DO Ó
11. LIMÃO
12. CASA VERDE
13. SANTANA
14. VILA GUILHERME
15. VILA MARIA
16. PENHA
17. CANGAÍBA
18. ERMELINO MATARAZZO
19. VILA JACUÍ
20. SÃO MIGUEL
21. VILA CURUÇÁ
22. PONTE RASA
23. ITAQUERA
24. GUAIANASES
25. JOSÉ BONIFÁCIO
26. PARQUE DO CARMO
27. ARTUR ALVIM
28. CIDADE LÍDER
29. VILA MATILDE
30. SÃO MATEUS
31. ARICANDUVA
32. SÃO LUCAS
33. VILA FORMOSA
34. CARRÃO
35. VILA PRUDENTE
36. ÁGUA RASA
37. TATUAPÉ
38. BELÉM
39. PARI
40. BOM RETIRO
41. SANTA CECÍLIA
42. REPÚBLICA
43. SÉ

44. CONSOLAÇÃO
45. BELA VISTA
46. LIBERDADE
47. CAMBUCI
48. BRÁS
49. MOOCA
50. IPIRANGA
51. VILA MARIANA
52. JARDIM PAULISTA
53. BARRA FUNDA
54. PERDIZES
55. PINHEIROS
56. LAPA
57. ALTO DE PINHEIROS
58. VILA LEOPOLDINA
59. JAGUARÁ
60. JAGUARÉ
61. BUTANTÃ
62. RIO PEQUENO
63. RAPOSO TAVARES
64. VILA SÔNIA
65. MORUMBI
66. ITAIM BIBI
67. MOEMA
68. SAÚDE
69. CURSINO
70. SACOMÃ
71. CAMPO LIMPO
72. VILA ANDRADE
73. SANTO AMARO
74. JARDIM SÃO LUÍS
75. SOCORRO
76. CAMPO GRANDE
77. CAMPO BELO
78. JABAQUARA
79. CIDADE ADEMAR
80. CIDADE DUTRA
81. MARSILAC





Cabe destacar que, desta lista, 10 distritos já figuravam como prioritários no ciclo anterior, tendo sido acrescentados os distritos de: Parelheiros, Jaraguá, Jardim Helena, Sapopemba e Perus. Dessa forma, passam a ser priorizados pelo Plano de Ação 2021 - 2024 do PMPI 15 distritos periféricos da cidade.

No critério público específico, foi pactuado que a população em situação de rua deverá ser priorizada nas iniciativas do novo ciclo, uma vez que sua incidência se dá majoritariamente em distritos que não fazem parte dos 15 priorizados e, somado a isso, é um grupo cuja situação foi especialmente impactada pela pandemia de Covid-19.

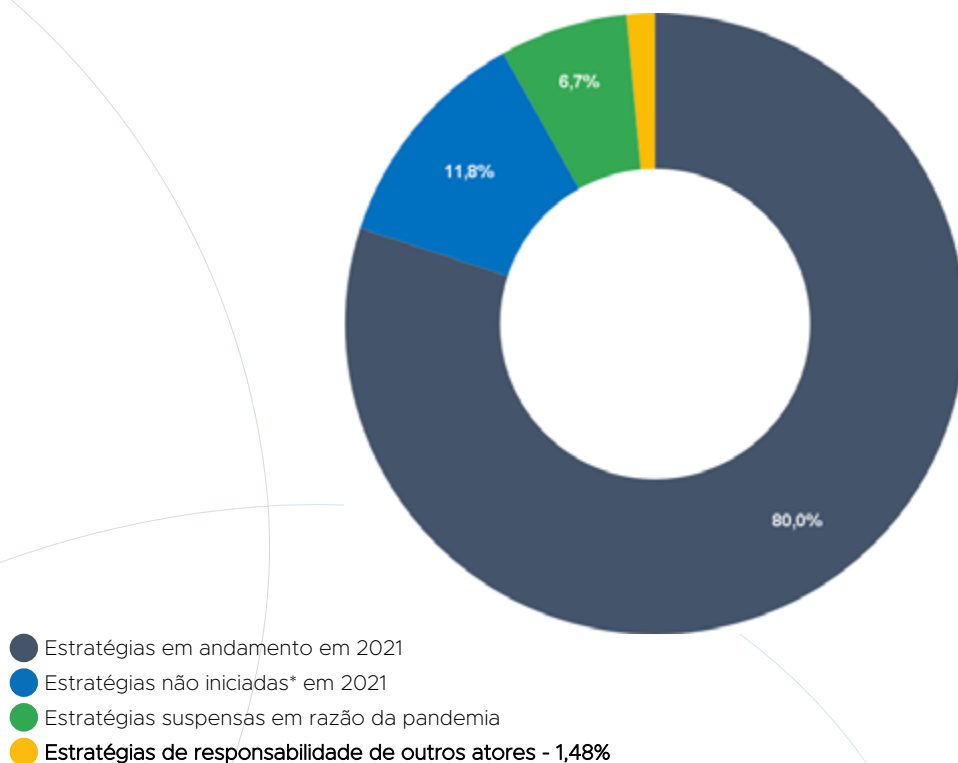
Este documento, como parte do processo de monitoramento e avaliação do PMPI, constituinte do 3º balanço da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018 - 2030, relata as ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal, no ano de 2021, já considerando as iniciativas previstas no Plano de Ação 2021 - 2024 em seu primeiro ano de implementação. Isto porque as iniciativas do Plano de Ação 2021 - 2024 encontram-se relacionadas às estratégias do PMPI, unidade de análise dos balanços publicados até o presente momento.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Das 31 metas do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018 - 2030, 30 (96,8%) tiveram ao menos uma de suas estratégias endereçadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2021, por meio de novas ações ou ações continuadas envolvendo uma ou mais secretarias municipais e organizações parceiras na sua realização. Destas, 14 (45%) tiveram todas as suas estratégias endereçadas. Além disso, das 135 estratégias do PMPI, 108 (80%) já tinham ações em execução em 2021, faltando nove anos para a conclusão da vigência do PMPI.

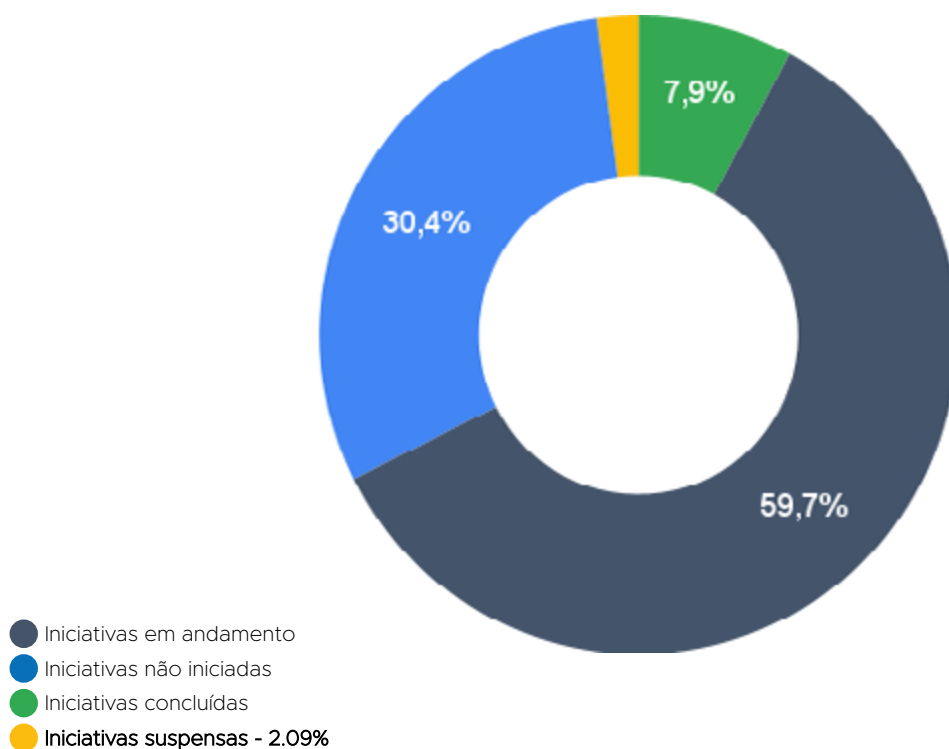
Os gráficos a seguir evidenciam os status de implementação das estratégias do PMPI e das iniciativas do Plano de Ação 2021-2024 ao final de 2021:

“Andamento do Plano Municipal pela Primeira Infância”



* As estratégias consideradas não iniciadas em 2021 permanecem um desafio para o Poder Executivo Municipal pois demandam ações prévias em andamento.

"Andamento do Plano de Ação 2021-2024"



É possível perceber que, das 191 iniciativas previstas até 2024, 15 (7,9%) já foram concluídas e 114 (59,7%) foram iniciadas em 2021, somando cerca de 65% das iniciativas já no primeiro ano de implementação do Plano de Ação 2021 - 2024. Cabe destacar que, no ano de 2021, a situação de emergência sanitária em razão da pandemia de Covid-19 se perpetuou. Ainda assim, 92,3% das iniciativas de caráter permanente foram mantidas naquele ano, sendo residual o número de iniciativas suspensas.

EIXO I:

Garantir as condições para a articulação
intersectorial dos programas, projetos e ações
para o atendimento integral na primeira infância



EIXO I:

Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

Estratégias em andamento: 80%

Com as estruturas primárias de governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância consolidadas e suas rotinas em funcionamento, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) pôde intensificar a articulação intersetorial a partir da elaboração de um Plano de Ação comum que confere concretude às estratégias do PMPI para o quadriênio da atual gestão (2021 - 2024), cumprindo o previsto no Decreto Municipal nº 58.514/18. Outros instrumentos de planejamento importantes construídos também em 2021, como o Programa de Metas 2021 - 2024, o Plano Plurianual 2022 - 2025 e a Agenda Municipal 2030, acolheram compromissos do PMPI, contribuindo para evidenciar a importância dos cuidados com a primeira infância. Para além desses, outros processos importantes para a implementação da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância tiveram início ou foram potencializados em 2021. Dentre eles, destacam-se a implementação do primeiro protocolo integrado no âmbito da política, o aprimoramento do sistema integrado de dados da primeira infância e o avanço rumo a uma identificação cadastral unívoca de gestantes e crianças na primeira infância. Além disso, a PMSP expandiu o atendimento a famílias com crianças na primeira infância a partir da implantação de 11 Serviços de

Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF) e 56 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que têm como estratégia de ação a visita domiciliar. Apesar dos avanços consideráveis neste eixo, alguns desafios merecem destaque, devendo orientar os esforços nos próximos anos: o fortalecimento dos Comitês Gestores Regionais na implementação da política, a implantação e disseminação de tecnologias de integração de dados e de comunicação intersetorial, a oferta de formação continuada a todos/as servidores/as nos temas afetos à primeira infância, a construção de um sistema de monitoramento e avaliação intersetoriais, e a diversificação de parceiros e fontes de recursos, que possibilite ampliar os investimentos na primeira infância para além dos R\$ 11,7 bilhões estimados no Orçamento Primeira Infância (OPI).

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.1

Desenvolver uma estrutura de governança intersectorial que reja as políticas públicas para a primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, a estrutura de governança intersectorial permaneceu em funcionamento. A partir de março, a Comissão Técnica da Primeira Infância, que já se reunia periodicamente, passou a se reunir semanalmente. Observou-se, portanto, maior engajamento entre as secretarias em relação a 2020. Como resultado, foram realizadas duas macro ações conjuntas: a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 e esforços de planejamento para a implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, que havia sido publicado em 2020.

Já a mobilização dos Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância ocorreu em dois encontros virtuais e duas oficinas presenciais, estas com territórios selecionados, com o intuito de testar o protótipo e validar o conteúdo do Protocolo Integrado. Houve, ainda, a realização de 9 reuniões da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), cujas atas podem ser acessadas no site da Secretaria de Governo Municipal, que resultaram na publicação dos relatórios do 2º Balanço Anual da implementação do PMPI.

Além disso, foram identificados como desafios a serem abordados em 2022 a consolidação de uma metodologia para o monitoramento e a avaliação do Plano, bem como a promoção de uma análise compartilhada de sua implementação pelos atores que compõem a Comissão de Avaliação do PMPI.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.2

Criar mecanismos que promovam a atuação articulada do executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do PMPI, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas às estratégias 7.1, 7.2 e 7.3, pertinentes à Meta 7 do Eixo III. Dessa forma, as iniciativas ali descritas trazem avanços específicos que dizem respeito à atuação articulada do executivo com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Ainda assim, é possível identificar que, de forma geral, tal atuação passa pelas representações em algumas comissões municipais, com participação de atores do SGDCA, e pela realização de atividades conjuntas. Em 2021, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), sob a coordenação da SMADS, formalizou a constituição de um grupo de trabalho voltado à construção de um protocolo intersetorial para o atendimento a situações de trabalho infantil, que resultou na elaboração de proposta preliminar a ser pactuada pelos órgãos envolvidos. Ao mesmo tempo, SMADS retomou o trabalho de revisão do protocolo de atendimento socioassistencial a essas situações, publicado em 2011. O processo de revisão será concluído em 2022. A Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), também coordenada pela SMADS, órgão de caráter consultivo e propositivo, tem como uma de suas atribuições participar de mobilizações e articulações junto aos setores do governo e da sociedade acerca da problemática da violência sexual

de crianças e adolescentes, bem como interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Em 2021, a comissão se dedicou ao prosseguimento da revisão do Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e à realização de seminário virtual em mobilização ao 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a participação de grêmios estudantis e mais de 2.500 visualizações.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.3

Dar transparência à destinação de recursos para a primeira infância no orçamento.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, foi definida a iniciativa de caráter permanente “Elaboração e publicação anual de relatórios do OCA e OPI”. Trata-se de metodologia adotada pela PMSP, com o apoio da Fundação Abrinq, no âmbito do Programa Prefeito Amigo da Criança, desde 2018. Seu objetivo é identificar o montante de recursos públicos destinados à proteção e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, constituindo uma ferramenta de planejamento e de transparência para os investimentos públicos na infância e adolescência. No momento da elaboração deste documento, o Orçamento Primeira Infância e o Orçamento Criança e do Adolescente (OCA) referente ao ano de exercício de 2021 ainda estavam em fase de elaboração. Tendo em vista a necessidade de analisar a nova metodologia proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve a incorporação de uma etapa de reavaliação metodológica antes do tratamento de dados. Vale ressaltar que para essa etapa contou com o apoio técnico analítico de residentes do Programa de Residência de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo. A previsão de conclusão é agosto de 2022.

Além disso, em 2021 foi criado no Plano Plurianual 2022-2025 o programa “Proteção e Desenvolvimento Integral na Primeira Infância”. Pela primeira vez, este instrumento de planejamento orçamentário de longo prazo inclui um programa destinado exclusivamente a garantir a proteção integral e o pleno desenvolvimento para crianças de 0 a 6 anos de idade.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.4

Ofertar serviços integrados, adequados às idades, situações e condições das famílias.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, foi definida a iniciativa “Implementação e avaliação de piloto de serviço integrado em ao menos 1 distrito prioritário” que se relacionará à estratégia 4.1 (Eixo II, Meta 4). A implementação da iniciativa, cuja conclusão está prevista para 2024, ainda não foi iniciada, uma vez que há esforços prévios à concepção de um serviço integrado. Como primeiro passo, em 2021, foi dado início ao processo de implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, que prevê instrumentos e procedimentos únicos para orientar a atuação integrada dos serviços existentes. Tal implementação abrange ações de capacitação para servidores públicos municipais das redes de atendimento e ações de comunicação (Eixo I, Meta 1, Estratégia 1.10) voltadas à disseminação do protocolo para a sociedade.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.5

Compatibilizar as divisões administrativas das secretarias municipais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, não foi definida uma ação específica para esta estratégia, pois a compatibilização de divisões administrativas é uma estratégia adotada em todas as iniciativas que envolvem a atuação no território. Para se trabalhar de forma integrada nas diferentes divisões existentes (subprefeituras, conselhos tutelares, diretorias regionais de ensino, supervisões de assistência social e supervisões técnicas de saúde) tem-se buscado o uso de distritos e subprefeituras como denominadores comuns, inclusive a partir da identificação e priorização dos 15 distritos mais vulneráveis. A compatibilização não deixa de ser um desafio constante, por exemplo, no funcionamento dos Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância, nos quais os representantes das divisões mais abrangentes como as diretorias regionais de ensino são sobrecarregados com demandas e ações de mais de uma subprefeitura.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.6

Criar uma identificação cadastral unívoca para todas as gestantes, crianças de até 72 meses e suas famílias, a ser adotada nos sistemas de informação de todas as secretarias municipais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Implementação de Cadastro Base de Pessoas”, cuja conclusão está prevista para 2024. Em 2021, foi realizado um mapeamento de bases e do volume de informações, além da articulação das secretarias municipais para a instituição de uma estrutura de governança para o projeto. Como resultado, em outubro de 2021, foi publicado o Decreto Municipal nº 60.663, que institui o Cadastro Base de Pessoas, os Cadastros de Uso Geral, o “Login Único” e o Comitê Central de Governança de Dados. Permaneceu como desafio a ser endereçado em 2022, a definição da estrutura padrão de dados, isto é, a variável que irá conectar as bases de dados e seus critérios de construção.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.7

Integrar os prontuários de dados de todas as secretarias municipais que atendem na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Aprimoramento do Sistema Integrado da Primeira Infância com mais dados e funcionalidades”, como um esforço permanente. O sistema utiliza a ferramenta Business Intelligence (BI) para apresentar de forma integrada os dados das crianças de 0 a 6 anos atendidas pela rede municipal de Saúde (SIGA Saúde), Assistência Social (Cadastro Único, beneficiários do antigo Bolsa Família e atual Auxílio Brasil) e Educação (Escola On Line - EOL), nos 96 distritos da cidade. Com as melhorias realizadas em 2021, isto é, a agregação de novos indicadores e funcionalidades, tornou-se possível, por exemplo, conhecer a condição de renda das crianças e famílias atendidas pela rede municipal a fim de identificar os grupos mais vulneráveis e também a localização georreferenciada das crianças, tanto em nível individual como agregado. Com essas informações foi possível planejar ações, como a busca ativa das crianças e famílias sem acesso a serviços ou cujo acesso às políticas possa ser ampliado.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.8

Consolidar uma estrutura de gestão e governança local baseada na criação de comitês regionais nos territórios.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Aperfeiçoamento de estratégias de comunicação e acompanhamento de atividades dos 32 Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância”, cuja conclusão está prevista para 2022. Desde 2020, os esforços de comunicação com representantes dos comitês sofreram revezes em razão do distanciamento social necessário ao enfrentamento da pandemia de coronavírus. Ao final de 2021, com a melhora do cenário pandêmico, começou-se a vislumbrar estratégias que pudessem, não apenas retomar as atividades dos comitês, como fortalecê-las, como o envio de Boletins Mensais com notícias e informações compartilhadas pelos e para os Comitês Gestores Regionais.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.9

Desenvolver um sistema de informação que acione os serviços públicos diante de alertas sobre riscos relacionados ao desenvolvimento infantil enfrentados pela população na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Implantação de sistema de informação para registro e encaminhamento de alertas”, cuja conclusão está prevista para 2022. No ano de 2021, foram realizados estudos visando a identificação de alternativas para implantação de sistema de comunicação intersetorial focado no registro e encaminhamento de casos que demandem o atendimento integrado e rápido para a preservação dos direitos de gestantes, crianças nos primeiros anos de vida e suas famílias. Além disso, a realização de um protótipo no âmbito do processo de implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância confirmou a necessidade da utilização de um sistema de comunicação informatizado para operacionalização dos fluxos de alerta que o integram - atualmente, Fluxo Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência e Fluxo Integrado de Atenção à Gravidez na Adolescência. Nesta ocasião, foram levantadas as informações demandadas para que essa comunicação intersetorial se efetive.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.10

Desenvolver e implantar protocolos integrados de atendimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Elaboração de planos de capacitação e comunicação dos instrumentos do Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância” e “Implementação de planos de capacitação e comunicação dos instrumentos do Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância em todos os distritos”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente. Em 2021, foi estabelecida parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para apoiar a elaboração dos referidos planos. Para isso, foram realizadas oficinas e reuniões visando a escuta de profissionais envolvidos na oferta de serviços ao público da primeira infância e testagem dos instrumentos vinculados ao protocolo nos distritos de Brasilândia e Jardim Ângela. A partir dessa experiência, foram reunidos os insumos para testagem das estratégias propostas de comunicação e capacitação e elaboração de planos visando a sua expansão para outros distritos da cidade a partir de 2022, a começar pela realização de um piloto do curso de capacitação e das ações de comunicação no primeiro semestre de 2022 nos distritos de Cidade Tiradentes, Brasilândia e Jardim Ângela.

Este protocolo objetiva a formação e o fortalecimento das redes de atenção dos territórios por meio da definição de fluxos intersetoriais e articulação das equipes para o atendimento integral de gestantes e crianças de zero a três anos utilizando como instrumentos: Jornada de Ofertas Básicas, Integração para Acesso e Fluxos de Alerta para atenção a situações que requei

ram atendimento especializado.

Atualmente, a Prefeitura possui dois fluxos de alerta estabelecidos: de atenção à gravidez na adolescência e de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência. Nos próximos anos serão definidos também fluxos para as situações previstas no Eixo III - Meta 1 - Estratégia 1.2, Eixo II - Meta 2 - Estratégia 2.2 e Eixo III, Meta 8, Estratégia 8.2.

META 1

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.

ESTRATÉGIA 1.11

Integrar e qualificar os serviços de visitação domiciliar com vistas a garantir maior cobertura territorial e foco na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Implantação de 5 novos SASF em territórios prioritários”, “Revisão do protocolo integrado de visitação domiciliar e qualificação dos registros e encaminhamentos dos serviços relacionados” e “Implantação de 40 novas Equipes de Saúde da Família”, cuja conclusão está prevista para 2022, 2023 e 2024, respectivamente.

Em 2021, a Coordenação de Proteção Social Básica implantou 11 SASF, sendo 10 em distritos prioritários do PMPI (Pedreira, Iguatemi, Cidade Tiradentes, Lajeado, Itaim Paulista, São Matheus e Perus) e um na Sé, na região central. Os SASF implantados são: SASF Pedreira, SASF Mar Paulista, SASF Rainha da Paz, SASF Comunidade em Foco Iguatemi I e II, SASF Cebech Barro Branco, SASF Lajeado Ciap, SASF Curuçá - Casa da Evolução, SASF São Rafael II, SASF Zenita Nunes Araújo e SASF Perus. Como a meta prevista para 2022 consistia na implantação de 5 SASF, em 2021 foi alcançado 220% do pretendido. Dessa forma, a SMADS, em 2021, passou a atender no total 68 mil famílias, enquanto em 2020 atendia 59 mil, um aumento de 15%.

Além disso, foram implantadas 56 equipes da ESF em todo o município, uma ampliação de 40% acima da meta de 40 novas equipes. As visitas domiciliares realizadas pelas equipes da ESF, por sua vez, no decorrer de 2021 aumentaram gradativamente. Houve ampliação de aquisição de tablets para uso pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). As ações prioritárias

continuaram voltadas para a prevenção do coronavírus. Em 2021, tivemos a ampliação da vacinação de crianças na primeira infância, que foi viabilizada com o aumento das cobertura territorial das Equipes de Saúde da Família.

META 2

Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço

ESTRATÉGIA 2.1

Definir padrões mínimos de qualidade para os serviços públicos destinados à população na primeira infância.

ESTRATÉGIA 2.2

Avaliar anualmente os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, estabeleceram-se as iniciativas “Definição de padrões mínimos de qualidade para os serviços públicos destinados à população na primeira infância” e “Avaliação de pelo menos um serviço conforme padrões de qualidade definidos”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Importante destacar que já existem padrões de qualidade para serviços específicos, como é o caso da Educação, que possui os “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana”, mas ações relacionadas à elaboração e seleção de indicadores comuns a todos os serviços voltados para o público da primeira infância serão implementadas em 2022.

META 2

Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço

ESTRATÉGIA 2.1

Consolidar um sistema de avaliação intersetorial do desenvolvimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de avaliação do impacto da implementação do PMPI no desenvolvimento na primeira infância por meio de parceria”, cuja conclusão está prevista para 2024 e dialoga com o esforço da Comissão de Avaliação do PMPI de consolidar um sistema de monitoramento e avaliação do Plano, que abrange, para além dos balanços anuais de implementação das estratégias, o monitoramento de suas metas e a avaliação do impacto de sua implementação sobre o desenvolvimento na primeira infância.

META 3

Garantir a formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância.

ESTRATÉGIA 3.1

Consolidar um modelo de formação continuada, baseado em redes locais intersetoriais, que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 definiram-se as iniciativas “Elaboração de programa permanente de formação para atendimento integral e integrado na primeira infância” e “Implementação de programa permanente de formação para atendimento integral e integrado na primeira infância”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram realizados esforços iniciais para a construção de um Plano de Capacitação para o Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância. Este plano, que está previsto para ser concluído em 2022, deverá servir como um teste do modelo de formação integrada almejado para o programa de formação permanente sobre primeira infância.

Embora um programa permanente integrado de formação implique em um calendário comum e estratégias de comunicação unificadas, em 2021, foi possível mapear formações que já são oferecidas pelas secretarias municipais de forma setorial. Além das formações de conselheiros tutelares descritas dentre as ações pertinentes ao Eixo III, Meta 7, Estratégia 7.2, foram ofertadas 11 formações à distância pela rede direta da SME (Diretorias Regionais de Ensino e setores da SME) homologadas e publicadas pelo Núcleo Técnico de Formação, relacionadas à primeira infância, com 1.395 vagas e 1.261 pessoas participantes. São elas: 1) Educomunicação: Infância e audiovisual; 2) Laboratório remoto de práticas pedagógicas inclusivas; 3) Cuidar e educar na educação infantil na perspectiva da educação inclusiva; 4) A construção de saberes docentes

frente ao desafio de uma educação virtual em direitos humanos; 5) A equipe gestora e as interfaces dos seus afazeres para potencializar a educação infantil de qualidade; 6) As contribuições da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Centro de Educação Infantil (CEI), Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) e Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) ; 7) Atendimento educacional especializado na educação infantil: saberes e práticas; 8) Comunicação alternativa: caminhos para o desenvolvimento global; 9) Educomunicação como potencializadora dos registros na educação infantil; 10) Narrativas do cotidiano: a função comunicacional dos relatórios de acompanhamento das aprendizagens; e 11) Cartografias afetivas na primeira infância: Território Zona Norte.

Além disso, a SMADS oferece, em parceria com uma rede de organizações conveniadas, serviços para fortalecer as famílias e desenvolver sua autonomia, apoiando-as para que superem eventuais dificuldades e acessem os direitos sociais, evitando o rompimento de laços. Tais ações servem como forma de apoio ao fortalecimento da comunidade, incentivando sua mobilização e ainda oferta de benefícios. Em 2021, por meio do Espaço Público do Aprender Social (ESPASO) e das respectivas coordenações e parceiros, foi oferecida uma série de atividades de formação que abordaram a temática da primeira infância e outros temas correlatos para os trabalhadores da rede socioassistencial do município em consonância com as diretrizes da política. Entre os cursos ofertados ao longo de 2021 destacam-se: 1) Produção do Cuidado, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; 2) Oficina de Aprofundamento do Serviço Família Acolhedora; 3) Jornada de Estudos, Pesquisas e Publicações na Área da Assistência Social: Racismo na Infância; 4) Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) à Luz da Interdisciplinaridade; 5) Oficinas de Práticas do Sistema E-PCF; 6) Oficina Sistema Eol; 7) Prevenção de Exploração e Abuso Sexual (PSEA). No total, foram oferecidas 1.725 vagas e 1.951 servidores se inscreveram para 199 horas de curso.

META 4

Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.

ESTRATÉGIA 4.1

Consolidar mecanismos de participação da sociedade no monitoramento e controle das políticas públicas para a primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, foi elaborado e publicado o Balanço Anual da Implementação do PMPI referente ao ano de 2020, que contou com a participação da sociedade civil por meio da inclusão de relatórios separados por parte do CREN e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Como resultado, observou-se uma participação mais ativa do CMDCA nas discussões da Comissão de Avaliação do Plano e na construção de estratégias. Este fato se evidencia na inclusão do recorte da primeira infância no Edital de Chamamento Público do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (FUMCAD) de 2021.

Além disso, foi realizada a seleção pública de representantes de organizações da sociedade civil para a Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância para o Biênio de 2021 a 2023, que resultou na seleção de duas organizações da sociedade civil como representantes: 1) CREN (reeleita); e 2) Fundação Comunidade da Graça.

META 4

Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.

ESTRATÉGIA 4.2

Promover a participação social nos conselhos de direitos e de controle social das políticas para a primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I, Meta 1, Estratégia 1.2 e ao Eixo I - Meta 4 - Estratégia 4.1. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação, uma vez que versam sobre a participação da equipe do Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância e do/as demais representantes da Comissão Técnica da Primeira Infância em comissões municipais de forma a promover a articulação das ações e políticas, com foco na primeira infância.

META 4

Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.

ESTRATÉGIA 4.3

Desenvolver estratégias de divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância a fim de promover o envolvimento da sociedade e das famílias na sua implementação.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Entre 02 e 06 de Agosto de 2021, foi realizada a IV Semana Municipal da Primeira Infância. Como em anos anteriores, o evento contou com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e teve como objetivos divulgar a pauta da primeira infância e estimular o envolvimento da sociedade e das famílias na valorização e nos cuidados da primeira infância, promovendo debates e oficinas sobre temas relacionados ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos.

A 4ª edição da Semana incluiu rodas de conversa que abordaram temas como desigualdades e impactos da (pós) pandemia para a primeira infância, antirracismo e parentalidade, educação nutricional na primeira infância e amamentação em centros de educação infantil. Além disso, contou com oficinas sobre o conhecimento e o brincar na natureza, a cultura e o brincar na primeira infância, primeira infância nos espaços públicos, bem como contação de histórias. Ao final da semana, foi realizada a apresentação dos relatórios que compuseram o Balanço anual da implementação do PMPI referente ao ano de 2020. Em razão da pandemia, o evento aconteceu em formato 100% digital por meio de vídeos disponibilizados no Canal da Primeira Infância PMSP na plataforma Youtube. Todos os vídeos contaram com tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras), em parceria com a SMPED.

Em virtude do cenário pandêmico e a necessidade de uso de ferramentas tecnológicas, observou-se que algumas famílias apresentaram dificuldades de manu-

seio e acesso às atividades virtuais. Este desafio foi superado a partir das orientações dos protocolos da SMS, que permitiram que as famílias pudessem assistir os eventos nos próprios equipamentos públicos. Como resultado, estima-se que um público de cerca de 7.000 pessoas foi sensibilizado em relação aos desafios de construir e implementar políticas públicas integradas que garantam os direitos de todas as crianças sem discriminação, para que a cidade seja mais acolhedora e protetiva.

Para a próxima edição, foi levantada a possibilidade de se pensar formatos de inscrição nos eventos que discriminem o público (profissionais, cuidadores/família, crianças) e possibilite a construção de estratégias voltadas para cada público específico.

Ainda no sentido de desenvolver estratégias para a divulgação do PMPI e promover engajamento, outras ações foram realizadas em 2021 no âmbito do Eixo II, Meta 4.

META 5

Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância

ESTRATÉGIA 5.1

Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Elaboração e publicação de editais de doação para a Primeira Infância”, “Elaboração e publicação anual de editais do FUMCAD” e “Mapeamento de possibilidades de captação de recursos (editais, incentivos, emendas parlamentares)”, que devem acontecer de forma permanente.

Em 2021, no que diz respeito à primeira iniciativa, foi lançado o Edital de Chamamento Público CH/001/2021/SGM-SEDP. Em resposta, foram doadas quatro inscrições para o “Curso de qualificação de pessoal - formação do instrumento IRDI: Detecção precoce de risco psíquico e estrutura não decidida na infância”, promovido pelo Instituto Travessias da Infância, com valor estimado de R\$1.560,00. Dessa forma, participaram do curso membros da Comissão Técnica da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância.

Também em 2021 foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/SP/2021, de seleção pública de projetos relativos aos direitos das crianças e adolescentes que poderão ser financiados pelo FUMCAD. O Edital FUMCAD 2021 contemplou o público alvo em 7 diretrizes prioritárias: assistência e desenvolvimento social, cultura, direitos humanos, educação, esporte, pessoa com deficiência e saúde, indicando para todas elas os territórios prioritários para primeira infância, distritos de Grajaú, Capão Redondo, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Rafael, Jardim Ângela, Brás Lândia, Lajeado, Iguatemi e Pedreira. Para além disso,

o público alvo foi abrangido em três diretrizes gerais do Edital, sendo elas: cultura, educação e pessoa com deficiência. Como resultado, foram registrados 171 processos no sistema SEI e, após os trâmites de habilitação, 139 projetos foram analisados pelas Secretarias e posteriormente pela Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPPP/CMDCA), 33 tornaram-se aptos e, 106, inaptos. Destes inaptos, opuseram recurso 76 projetos, sendo o processo finalizado com 83 projetos aptos no Edital FUMCAD 2021. Ademais, dos 83 projetos aptos, 26 foram classificados (financiados 100% pelo FUMCAD) e 57 são de captação. Em comparação ao Edital FUMCAD 2019 - que classificou apenas 13 projetos no universo de 148 aptos - tivemos no momento pandêmico a maior disponibilização de recursos do Fundo Municipal dos últimos 3 anos. Se colocarmos em valores, no Edital 2021 foram disponibilizados R\$29.694.785,09 (para os 26 projetos classificados), R\$20 milhões a mais do que o Edital anterior.

Em 2021, foram também publicados Editais Temáticos de Chamamento Público 2021 do FUMCAD. São 4 temas, sendo um deles voltado à primeira infância, outros dois que podem atender, mas não com exclusividade, o público alvo da primeira infância e o último voltado exclusivamente à adolescentes. A respeito do edital voltado à primeira infância, ele é denominado “Atendimento psicossocial de bebês e crianças em fase de primeira infância com finalidade de retomada de vínculos com as atividades educacionais junto aos CEI na cidade de São Paulo considerando os impactos psicossociais da Covid-19”. Já em relação aos editais que não são exclusivos ao público-alvo da primeira infância, mas que podem abarcar as crianças de 0 a 6 anos em São Paulo são: “Realização de Pesquisa sobre Evasão Escolar e sua conexão com a realidade do Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo” e “Gestão do Centro de Referência sobre Direitos das Crianças e Adolescentes voltado ao atendimento de crianças e adolescentes, e suas famílias, bem como de deman-

das institucionais da rede de proteção de crianças e adolescentes existentes na cidade de São Paulo.” Por uma escolha metodológica, cabe enfatizar que o relato destes Editais foi feito no Balanço 2020, visto que apesar de publicados no Diário Oficial do Município em 08 de maio de 2021, foram elaborados no âmbito do CMDCA ao longo do ano de 2020. Como resultado, tem-se: 1) Realização de Pesquisa sobre Evasão Escolar e sua conexão com a realidade do Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo: foram apresentados 5 Projetos; apenas 1 classificado como apto, da entidade Associação Cidade Escola Aprendiz (Termo de Colaboração nº TCL/001/2022/SMDHC/FUMCAD); 2) Gestão do Centro de Referência sobre Direitos das Crianças e Adolescentes, voltado ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como de demandas institucionais da rede de proteção de crianças e adolescentes existentes na Cidade de São Paulo. Foram apresentados 2 Projetos; apenas 1 classificado como apto, da entidade SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade) (em fase de parcerização, apenas pendente locação de espaço para implantação do Centro de Referência para iniciar a execução).

Por fim, outro esforço para ampliar estratégias de financiamento de programas e projetos voltados para a primeira infância se deu na inscrição para recebimento de Emenda da Deputada Marina Helou para curso de formação sobre escuta ativa. Embora a proposta tenha sido pré-selecionada com votação pública aberta, a aprovação da emenda não se verificou.

META 5

Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância

ESTRATÉGIA 5.2

Promover parcerias do poder público com a iniciativa privada, ONGs e instituições filantrópicas, nacionais e internacionais, para viabilizar projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, logrou-se a manutenção ou renovação de parcerias no âmbito da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. O World Resources Institute (WRI) Brasil e a Iniciativa de Segurança Viária Global da Bloomberg Philanthropies (BIGRS) no âmbito do projeto de Territórios Educadores. O UNICEF com o apoio à IV Semana Municipal da Primeira Infância. A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) apoiou a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 e a implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, que se estenderá pelo ano de 2022. Além disso, mantiveram-se as participações na Parceria Global para o Fim da Violência contra Crianças, da qual participam também a Childhood Brasil e a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, no Pacto Nacional pela Primeira Infância do Conselho Nacional de Justiça e na Rede Urban 95, organizada pela Fundação Bernard Van Leer e Instituto Cidades Sustentáveis.

Além disso, no Plano de Ação 2021-2024 definiu-se uma iniciativa de caráter permanente: “Realização de busca ativa de potenciais parceiros (entidades nacionais, organismos internacionais e empresas)”.

EIXO II:

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral



EIXO II:

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

Estratégias em andamento: 91,4%

Embora 2021 tenha sido um ano desafiador de retorno às aulas presenciais, a PMSP logrou realizar diversas ações para garantir o acesso e a permanência na educação formal, além da provisão de cuidados e estímulos por meio de outros programas e serviços. Nesse sentido, tanto a demanda por vaga em creche como por vaga em pré-escola foram integralmente atendidas. Além disso, a PMSP aderiu à Metodologia da Busca Ativa Escolar do UNICEF, intensificando as ações de enfrentamento à evasão e à exclusão escolar, estabeleceu grupos de trabalho para intensificar a implementação curricular, realizou formação continuada de professoras/es, implementou ações de estímulo à leitura e lançou dois novos programas: Bem Viver na Infância e Iniciação Artística para Primeira Infância (PIAPI). Ainda com vistas a ampliar os estímulos para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo, foram iniciadas obras em praças públicas para a instalação de brinquedos acessíveis, abertos três novos parques municipais com rotas internas acessíveis e espaços adequados ao brincar para a primeira infância e elaborados projetos de intervenção viária e instalação de equipamentos e mobiliários adequados à primeira infância no entorno de unidades educacionais em distritos prio-

ritários, conhecidos como Territórios Educadores. A qualificação do espaço urbano e a ampliação de áreas verdes são estratégias fundamentais para (re)conectar as crianças com a natureza, propiciar seu livre brincar e fortalecer o convívio comunitário essencial ao seu desenvolvimento. Aqui os principais desafios enfrentados estão relacionados ao retorno às aulas presenciais em contexto ainda pandêmico; à recuperação da aprendizagem; à busca ativa de crianças fora da escola; à implementação do Currículo da Educação Infantil em toda a Rede Municipal de Ensino; aos processos licitatórios necessários à implantação e manutenção de projetos e equipamentos como Rotas Escolares Seguras, Territórios Educadores, Praças da Família e parques municipais com acessibilidade e parquinhos, e à articulação de estratégias conjuntas com a sociedade civil e o setor privado para garantir a proteção das crianças à comunicação mercadológica e à pressão consumista.

META 1

Garantir atendimento a todas as crianças de 0 e 3 anos

ESTRATÉGIA 1.1

Assegurar, até 2025, atendimento da Educação Infantil para 75% das crianças de zero a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Implementação do Programa Mãe Paulistana Creche ” e “Criação de 50 mil vagas em Educação Infantil ”, cuja conclusão está prevista para 2024.

A pandemia de Covid-19 alterou o cenário da cidade, acarretando consequências socioeconômicas para as famílias, impacto esse percebido nos registros de solicitação de vaga e no contato com as mesmas, exigindo planejamento nas regiões onde a demanda tende a crescer.

Em 2021, a demanda não atendida por vagas para o atendimento na Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos permaneceu zerada. Foram criadas 11.016 vagas, totalizando 386.576 matrículas e abrangendo 28 das 32 subprefeituras da capital.

Para 2022, está prevista a criação de mais 20.000 vagas, em uma estratégia que combina o monitoramento da demanda e o planejamento da oferta de vagas, de modo a equilibrar o atendimento das necessidades da população e o uso eficiente dos recursos públicos.

META 1

Garantir atendimento a todas as crianças de 0 e 3 anos

ESTRATÉGIA 1.2

Garantir condições de mobilidade segura e acessível para que as crianças possam acessar os equipamentos públicos

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiram-se as iniciativas de caráter permanente “Acesso ao TEG Creche para 100% das crianças que tenham direito, conforme critérios” e “Planejamento para atendimento da demanda por transporte escolar e manutenção das rotinas de vistorias e autorizações”.

O programa Transporte Escolar Gratuito (TEG) é gerido conjuntamente pela SME, que organiza a demanda e os atendimentos, e pela SMT, que faz a gestão dos contratos com os operadores dos veículos. Em 2021, o programa ainda operava sob o Edital de Credenciamento 01/2013 DTP.GAB e contava com 2.827 veículos cadastrados e com ordens de serviço ativas, mas um novo edital de credenciamento em construção prevê a expansão do número de veículos que prestam o serviço.

Além disso, ações previstas para o Eixo II, Meta 5, Estratégia 5.4 contribuem para esta estratégia.

META 2

Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos

ESTRATÉGIA 2.1

Garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 e 5 anos de idade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Produção de instruções normativas que priorizem o atendimento educacional de crianças em situação de rua, centros de acolhida, serviços de acolhimento institucional, cumprimento de medida sócio educativa e situação de violência”, cuja conclusão está prevista para 2022, e “Realização de busca ativa de crianças em situação de rua, hospitalizadas e vítimas de violência para garantia do atendimento sem rodízio nas unidades de ensino da RME”, de caráter permanente.

Em 2021, foi produzida a Instrução Normativa SME 35/2021, que dispõe sobre a reorganização e replanejamento do trabalho educacional no segundo semestre letivo de 2021 nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino (RME) priorizando o atendimento presencial àqueles em situação de vulnerabilidade, além de ações descritas no Eixo I, Meta 1, Estratégia 1.2.

META 2

Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos

ESTRATÉGIA 2.2

Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiram-se as iniciativas “Adesão à Plataforma UNICEF (e respectiva metodologia) para ações de busca ativa intersecretarial”, “Contratação, via POT, de 70 mães para apoio na busca ativa de crianças fora da escola” e “Realização de busca ativa de crianças fora da escola em 15 distritos prioritários ”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, o Município de São Paulo realizou a adesão à Metodologia da Busca Ativa Escolar do UNICEF que possibilita a articulação intersetorial para o enfrentamento da evasão escolar. A iniciativa compõe o conjunto de ações implementadas pela SME, mais especificamente pelos Núcleos de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA), voltadas à prevenção e ao enfrentamento dos diferentes contextos que incidem nas dificuldades de acesso, permanência e aprendizagem escolar.

No segundo semestre de 2021, foram pactuados protocolos entre as secretarias envolvidas na implementação da metodologia (SME, SMADS e SMS) e se iniciou o período de teste da plataforma Busca Ativa Escolar. Foram realizadas oficinas sobre o uso da plataforma com as 32 Supervisões de Assistência Social e membros dos 32 Comitês Regionais da Primeira Infância com os temas: “Oficina de Sensibilização das equipes” e “Oficina mão na massa”. Após as oficinas, foram inseridos alguns casos na plataforma para teste pelos profissionais cadastrados na plataforma, com intuito de verificar como seria o atendimento conjunto via

plataforma. Além disso, distribuídas nas 13 Diretorias Regionais de Ensino (DRE), as agentes de busca ativa, mulheres mães de crianças matriculadas na RME contratadas via Programa Operação Trabalho (POT), realizaram trabalho de itinerância aos endereços de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.

META 2

Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos

ESTRATÉGIA 2.3

Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o atendimento em tempo integral, garantindo a acessibilidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo II - Meta 3 - Estratégia 3.2, Eixo II - Meta 5 - Estratégias 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 e Eixo II - Meta 6 - Estratégias 6.3, 6.4 e 6.6. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação. Ainda assim, faz-se necessário contextualizar que o atendimento em tempo integral para a primeira infância é uma oferta exclusiva da creche, ainda que os equipamentos possam atuar complementarmente para oferecer às crianças atividades em horários variados, e que há um esforço geral para adequar espaços e equipamentos públicos às normas de acessibilidade vigentes.

META 2

Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos

ESTRATÉGIA 2.4

Promover a integração da rede de equipamentos públicos com espaços privados e das organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de melhorar o atendimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 5 - Estratégia 5.2 e Eixo II - Meta 5 - Estratégias 5.2 e 5.4. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação. Além disso, o relatório de balanço do CMDCA apresenta informações complementares quanto a projetos financiados com recursos do FUMCAD que tratam da integração de serviços de atendimento à primeira infância prestados por organizações da sociedade civil.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.1

Garantir a implementação do Currículo da Cidade: Educação Infantil.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Produção de orientação curricular para o trabalho dos professores da Educação Infantil”, “Realização de pesquisa sobre a implementação curricular com os educadores da Educação Infantil” e “Efetivação de avaliação externa de contexto na Educação Infantil realizada em 100% das unidades educacionais”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, foram implementados grupos de trabalho sobre contexto de aprendizagem, que contaram com a participação representativa de pessoas de toda a rede. Os grupos de trabalho deram início à elaboração de cadernos sobre temas como leitura, território, narrativas e famílias, e também a discussões sobre a avaliação da educação infantil.

A implementação curricular ainda é um grande desafio para toda a rede. A pandemia e os inúmeros afastamentos dos profissionais decorrentes da situação pandêmica fizeram parte dos desafios enfrentados. Foi urgente a necessidade de se discutir o retorno de forma presencial e protocolos seguros para esse retorno e ainda de refletir sobre o novo contexto que seria vivenciado no cotidiano das unidades escolares.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.2

Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa “Implementação de novo modelo de acompanhamento das unidades educacionais”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, foram realizadas visitas em pequenos grupos aos territórios, acompanhamento e formação com as Diretorias Pedagógicas das DRE, além de formação voltada aos professores sobre os multietários, através do google sala de aula. Foram utilizados materiais diversos, tais como: bibliografia sobre o tema, vídeos com as técnicas e assessoras da Divisão de Educação Infantil (DIEI), material de trabalho com questões de relevância para estudo e aplicação. Foram ainda realizadas, por assessores da DIEI, formações com professores da RME sobre os organizadores do Currículo da Educação Infantil.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.3

Assegurar (até 2025) uma relação educando por docente no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho dos profissionais da educação.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Manutenção de relação educando por docente nos CEI conforme Plano Municipal de Educação”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, a relação educando por docente no sistema municipal de ensino foi alcançada nos agrupamentos Berçário I e II e Mini-Grupo I e II. Para o Infantil I e II, permanece o desafio de reduzir ainda mais esta relação. Conforme indica a Instrução Normativa 43, de 8 de novembro de 2021, o atendimento na Educação Infantil, realizado nos CEI da Rede Direta e Parceira, nos CEMEI e nas EMEI ocorre em agrupamentos formados de acordo com as datas de nascimento e proporção adulto-criança. Em 2020, já contemplou a proporção educador/criança, tal como descritas no plano municipal, nos seguintes agrupamentos Berçário I: 7 crianças / 1 educador; Berçário II: 9 crianças / 1 educador; Mini – Grupo I: 12 crianças / 1 educador; Mini – Grupo II: 25 crianças / 1 educador; No que tange à faixa etária dos 4 e 5 anos, no momento as turmas são organizadas seguindo a seguinte proporção: Infantil I: 29 crianças / 1 educador; e Infantil II: 29 crianças / 1 educador.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.4

Desenvolver programas de formação continuada para os profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Implementação do horário coletivo de formação em 100% das unidades indiretas e parceiras da RME” e “Realização anual de formação continuada para profissionais da Educação Infantil”, ambas de caráter permanente.

A Instrução Normativa nº 41/2020 traz a obrigatoriedade de todas as unidades escolares de Educação Infantil parceiras terem horário coletivo de formação, da mesma forma que as unidades diretas. Além disso, a rede conta com assessorias semanais e mensais em cadeia formativa e formação direta às coordenadoras e diretoras e qualificação da formação e das práticas pedagógicas realizadas junto aos bebês e crianças.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.5

Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda de ações pedagógicas para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Ampliação do atendimento educacional especializado para 100% das crianças matriculadas na educação infantil que dele tem necessidade”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Considerando a Política de Educação Especial na rede municipal, foi disponibilizada formação a professores, supervisores, gestores e coordenadores que atuam na educação especial. As equipes dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) analisam e atendem a demanda de todo o território, otimizando o uso de serviços e apoios da educação especial visando ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento acontece por meio do acompanhamento sistemático das unidades educacionais nas seguintes ações para educação infantil:

- Itinerâncias agendadas nos CEI diretos e parceiros, realizada por profissionais especialistas em educação infantil, educação especial e inclusiva;
- Oferta da tecnologia assistiva, colaboração com o professor regente da classe comum, elaboração e acompanhamento do Plano de Atendimento Educacional Especializado com a implementação do Sistema de Gestão Pedagógica – Educação Especial
- Formação continuada para 200 professores de educação infantil (100 da rede direta e 100 da rede parceira) para o curso “TEA à luz da interdisciplinaridade: um olhar para a educação infantil dos CEI – por

meio da Portaria Conjunta SMPED e SME nº 01/2021.

- Implementação do Currículo Bilíngue com ações formativas com foco nas especificidades do ensino e aprendizagem dos estudantes com surdez, da língua de sinais (LIBRAS), de estratégias metodológicas e avaliação (educação infantil, ensino fundamental e médio).
- Formação continuada sobre desenho universal para aprendizagem para todos os professores a fim de fornecer elementos para o planejamento de aulas mais inclusivas na educação infantil.
- Aquisição para todas as unidades de educação infantil de software de comunicação alternativa para auxiliar professores, pais/responsáveis e gestores de todas as unidades educacionais de educação infantil a se comunicarem de maneira mais ágil e eficaz com estudantes com deficiência.

De forma geral, em 2021, havia, em termos de serviços de educação especial ofertados pela RME:

- 13 CEFAI;
- 132 Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI);
- 450 Salas de Recurso Multifuncionais;
- 420 Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE);
- 18 instituições parceiras de educação especial;
- 6 Escola Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS);
- 2 unidades polo de educação bilíngue;
- 1.167 auxiliares de vida escolar (destes 1/4 são encaminhados para a educação infantil em acordo com a avaliação);
- 1.321 estagiários do programa aprender sem limites encaminhados para a educação infantil em acordo com a avaliação;
- 39 profissionais multidisciplinares com 01 equipe formada de Fonoaudióloga(o), Assistente Social e Psicóloga(o) em cada DRE;

- 62 intérpretes de LIBRAS;
- 48 instrutores de LIBRAS (surdos);
- 12 instrutores de LIBRAS (ouvintes);
- 09 guia - intérpretes (surdocegueira).

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.6

Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das ações escolares dos bebês e crianças por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Fortalecimento e ampliação em 50% da participação dos familiares na avaliação dos INDIQUE”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (INDIQUE) têm como objetivos auxiliar as equipes de profissionais das Unidades Educacionais, juntamente com as famílias e pessoas da comunidade, a desenvolver um processo de autoavaliação institucional participativa e dialógica que leve a um diagnóstico coletivo sobre a qualidade da educação promovida em cada unidade, de forma a obter melhorias no trabalho educativo desenvolvido com os bebês e crianças.

Em 2021, em razão da pandemia, sua aplicação ocorreu de forma remota, com a participação das famílias e responsáveis por meio do teams, google sala de aula ou meet.

META 3

Melhorar a qualidade da educação infantil

ESTRATÉGIA 3.7

Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, buscando fortalecer a autonomia da gestão escolar e aprimorar mecanismos efetivos de controle social e acompanhamento das políticas educacionais no Município.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Fortalecimento dos Conselhos de Escola e do Programa de Transferência de Recursos Financeiros”.

Em 2021, a Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais (DIGP) da SME iniciou o processo de formação e sensibilização junto às unidades educacionais com os representantes dos conselhos de escola e Associação de Pais e Mestres. Foram atendidas 120 unidades escolares. Essa ação prevê formações e sensibilizações continuadas para o aumento do fortalecimento da participação e gestão democrática.

META 4

Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância

ESTRATÉGIA 4.1

Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Implementação de programa integrado de orientação e apoio às famílias”, com conclusão prevista para 2024, que abrangerá o apoio à implementação territorial do Protocolo Integrado de atenção à Primeiríssima Infância, em diálogo com Eixo I, Meta 1, Estratégia 1.10, a potencialização do Programa Mãe Paulistana e ações relacionadas no Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.4, Eixo III - Meta 4 - Estratégia 4.3, Eixo IV - Meta 1 - Estratégia 1.5, Eixo IV - Meta 2 - Estratégia 2.6, e Eixo IV - Meta 10 - Estratégia 10.3, que contribuirão complementarmente para a implementação desta estratégia.

META 4

Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância

ESTRATÉGIA 4.2

Criar um plano de comunicação sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Elaboração do Plano de Comunicação para Primeira Infância” e “Veiculação de campanha sobre primeira infância”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram realizados esforços iniciais para a construção de um Plano de Comunicação para o Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância. Este plano, que está previsto para ser concluído em 2022, deverá servir como um teste do modelo de comunicação integrado almejado para o Plano de Comunicação para Primeira Infância. Nesse sentido, ações relacionadas ao Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10, Eixo III - Meta 4 - Estratégia 4.3, Eixo IV - Meta 1 - Estratégia 1.5, Eixo IV - Meta 2 - Estratégia 2.6 e Eixo IV - Meta 10 - Estratégia 10.3 também contribuem para a implementação desta estratégia.

META 4

Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância

ESTRATÉGIA 4.3

Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importância de espaços acessíveis adequados à primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 4 - Estratégia 4.3, Eixo II - Meta 4 - Estratégia 4.2 e Eixo II - Meta 6 - Estratégia 6.1. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação.

É possível destacar, entretanto, uma Roda de Conversa promovida durante a IV Semana Municipal da Primeira Infância, em agosto de 2021. “Vivências na Cidade: a primeira infância nos espaços públicos” tratou das experiências das crianças na primeira infância na interação com a natureza e outras pessoas na cidade e como políticas públicas podem assegurar o direito das crianças à cidade ao pensar os espaços públicos a partir de sua perspectiva. O vídeo do evento obteve 820 visualizações no Youtube, o que indica que um público de mais de 800 pessoas assistiu e foi mobilizado sobre o tema.

META 4

Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância

ESTRATÉGIA 4.4

Promover a ampliação do período da licença paternidade no setor público e privado.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Atualização do curso de Paternidade Responsável”, cuja conclusão está prevista para 2022. O curso foi desenvolvido pela organização 4Daddy, com o apoio da Fundação Bernard Van Leer (FBvL), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura e a ANDI, e hospedado na plataforma de Ensino à Distância (EAD) da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP), para orientar e auxiliar os futuros pais no exercício da paternidade responsável, desde o momento da gestação, de forma afetiva e participativa. A realização do curso pelos servidores municipais é requisito necessário para o usufruto da licença-paternidade estendida introduzida pela Lei nº 17.200/2019.

Em 2021, o curso contou com 1.038 inscrições, sendo que 421 dos inscritos informaram estarem fazendo o curso para solicitar a extensão da licença paternidade, e 2 inscritos informaram estar fazendo o curso como parte da formação continuada para os Conselheiros Tutelares. Do total de 1.038 inscritos, 604 concluíram o curso. Neste mesmo ano, foi iniciado o planejamento da atualização do curso, sendo desenvolvida uma proposta de melhorias de vocabulário e linguagem, além da inclusão de novas ferramentas e formatos para as aulas, e disponibilizado acesso ao curso para servidores da Prefeitura do Município de Campinas.

META 4

Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância

ESTRATÉGIA 4.5

Criar um prêmio de reconhecimento para ações de impacto na primeira infância para órgãos do governo, sociedade civil e iniciativa privada.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de premiação em reconhecimento a ações de impacto na primeira infância promovidas por órgãos governamentais, sociedade civil e iniciativa privada”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Nota-se que, já em 2021, dentre os nove projetos premiados pelo Selo Direitos Humanos e Diversidade na categoria “Criança e Adolescente”, um deles inclui em seu público-alvo crianças de 0 a 6 anos e um deles é exclusivo para primeira infância. Para 2022, prevê-se a criação de uma sub-categoria de primeira infância no referido programa.

META 5

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos

ESTRATÉGIA 5.1

Adequar as calçadas e o transporte público para garantir mobilidade segura e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas de caráter permanente “Realização de obras e reformas de calçadas (vinculadas ao PEC)”, “Atendimento de 100% da demanda pelo ATENDE para crianças na primeira infância que preencham os pré-requisitos legais” e “Garantia de acessibilidade em 100% da frota de ônibus municipais” e uma iniciativa, “Implantação de 2 Rotas Escolares Seguras”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 2021, a Prefeitura de São Paulo realizou a manutenção de 238.674 metros quadrados de calçadas. Para 2022, está prevista a intensificação dessa ação, no âmbito do Plano Emergencial de Calçadas (PEC).

No que diz respeito ao serviço ATENDE, houve continuidade do atendimento de 100% da demanda de crianças na primeira infância.

No que tange à acessibilidade da frota de ônibus, a acessibilidade plena da frota (100%) foi alcançada em dezembro de 2019, e não houve entraves ou desafios para sua manutenção desde então, pois, na renovação natural da frota, os veículos que não eram acessíveis foram substituídos por acessíveis. Dessa forma, desde 2019, a frota de ônibus municipais é composta somente por ônibus acessíveis.

Já as “Rotas Escolares Seguras”, com foco na proteção de crianças em idade escolar, serão implementadas em Itaquera, Pari e São Rafael. Ao longo de 2021, foram

realizados estudos técnicos que subsidiaram a elaboração dos projetos básicos e funcionais. Estes projetos asseguram a viabilidade técnica das intervenções previstas, possibilitam avaliar seu custo e estabelecem as diretrizes para execução, como os métodos e prazos necessários. Os projetos básicos e funcionais são essenciais para reduzir a necessidade de ajustes ou erros nas fases seguintes. Adicionalmente, foram organizados os materiais e documentos necessários para que, em 2022, possa ser iniciado o processo licitatório para contratação dos projetos executivos, que permitirão a subsequente contratação das obras. Nesta fase, haverá maior detalhamento técnico das intervenções, especificando equipamentos, serviços e materiais que serão utilizados, possibilitando aprimoramento do planejamento e maior precisão na execução

Além disso, ações previstas para o Eixo II, Meta 5, Estratégia 5.4 também contribuem para esta estratégia que, em 2022, possa ser iniciado o processo licitatório para contratação dos projetos executivos, que permitirão a subsequente contratação das obras. Nesta fase, haverá maior detalhamento técnico das intervenções, especificando equipamentos, serviços e materiais que serão utilizados, possibilitando aprimoramento do planejamento e maior precisão na execução

Além disso, ações previstas para o Eixo II, Meta 5, Estratégia 5.4 também contribuem para esta estratégia

META 5

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos

ESTRATÉGIA 5.2

Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaços de brincar acessíveis, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou sociedade civil, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Lançamento do Programa Bem Viver na Primeira Infância”, prevista para 2022, “Implementação dos Planos Regionais de Arborização por Subprefeitura com priorização dos distritos com menor cobertura arbórea”, “Elaboração e publicação de Plano Diretor do Brincar”, “Realização de obras para garantir condições internas de mobilidade e acessibilidade (rotas internas acessíveis) em 9 parques municipais” e “Inclusão dos distritos prioritários para primeira infância na meta de aumento da cobertura vegetal, com ações de plantio e arborização”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 2021, foi lançado o Programa Bem Viver na Infância. No âmbito do programa, foi elaborada e lançada a sistematização do projeto Escola sem paredes - na forma de uma publicação virtual, sobre uma experiência de 3 anos de vivências ocorridas nos espaços da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), em parceria com a Escola Santi, sobre crianças de 4 e 5 anos em espaços em contato com a natureza. Além disso, a prefeitura entregou três novos parques municipais com rotas internas acessíveis, de um total de quatro previstos na meta intermediária para 2022. Foram inaugurados o Parque Alto da Boa Vista (na Zona Sul), o Parque Paraisópolis (no distrito de Campo Limpo) e o Parque Augusta-Prefeito Bruno Covas (na região central).

O Plano Diretor do Brincar, por sua vez, encontra-se em fase de planejamento e tem o objetivo de mapear

os espaços de brincar na cidade de São Paulo, para que seja possível encontrar os territórios onde há demanda por novos espaços ou qualificação dos espaços existentes, informação não consolidada atualmente. realizados estudos técnicos que subsidiaram a elaboração dos projetos básicos e funcionais. Estes projetos asseguram a viabilidade técnica das intervenções previstas, possibilitam avaliar seu custo e estabelecem as diretrizes para execução, como os métodos e prazos necessários. Os projetos básicos e funcionais são essenciais para reduzir a necessidade de ajustes ou erros nas fases seguintes. Adicionalmente, foram organizados os materiais e documentos necessários para que, em 2022, possa ser iniciado o processo licitatório para contratação dos projetos executivos, que permitirão a subsequente contratação das obras. Nesta fase, haverá maior detalhamento técnico das intervenções, especificando equipamentos, serviços e materiais que serão utilizados, possibilitando aprimoramento do planejamento e maior precisão na execução

Além disso, ações previstas para o Eixo II, Meta 5, Estratégia 5.4 também contribuem para esta estratégia que, em 2022, possa ser iniciado o processo licitatório para contratação dos projetos executivos, que permitirão a subsequente contratação das obras. Nesta fase, haverá maior detalhamento técnico das intervenções, especificando equipamentos, serviços e materiais que serão utilizados, possibilitando aprimoramento do planejamento e maior precisão na execução

Além disso, ações previstas para o Eixo II, Meta 5, Estratégia 5.4 também contribuem para esta estratégia

META 5

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos

ESTRATÉGIA 5.3

Ampliar a oferta de espaços lúdicos e acessíveis, em equipamentos públicos e privados, considerando as especificidades da primeira infância, o princípio do livre brincar e a convivência intergeracional.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Revitalização de 100 praças”, “Implantação de parques adequados para crianças de 0 a 6 anos em 8 parques municipais”, e “Qualificação de 10 espaços para a primeira infância já implantados, com brinquedos e fraldários em Casas de Cultura”, cuja conclusão está prevista para 2022, 2024 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram iniciadas obras em oito das 100 praças previstas, a saber: Praça RNH das Avencas; Praça Manuel Nunes; Praça Luis Augusto Canteiro (Praça do Samba); Praça Jd. Santo André; Praça Brás Gonçalves; Praça Jardim Clímax; Praça Nova América; e Praça Rua Salvador Edra (Praça Cônego). Foram revitalizados espaços públicos para a implantação de parquinho acessível e construção de cachorródromo. Além disso, foram instalados brinquedos convencionais e foi executado paisagismo nos locais. Além disso, a prefeitura também entregou dois novos parques municipais com parquinhos: Paraisópolis (no distrito de Campo Limpo) e Augusta-Prefeito Bruno Covas (na região central).

META 5

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos

ESTRATÉGIA 5.4

Estimular a criação de territórios educadores com a participação de equipamentos públicos e privados, promovendo parcerias para sua preservação.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Territórios Educadores são compreendidos como espaços públicos diferenciados, localizados no entorno de unidades de educação infantil, compostos por “trilhas” e “estações” educadoras, intervenções de segurança viária e modais de mobilidade entre locais de alta densidade residencial e equipamentos públicos, com vias e calçadas adequadas e seguras para pedestres.

No Plano de Ação 2021-2024, foram definidas as iniciativas “Implantação de 10 Territórios Educadores em distritos prioritários da primeira infância” e “Elaboração de 5 novos projetos de Territórios Educadores para os demais territórios prioritários da primeira infância”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente. Além disso, os Territórios Educadores foram eleitos como prioridade ao serem incluídos na meta 42 do Programa de Metas (2021-2024).

Em 2021, os anteprojetos de seis dos dez Territórios Educadores previstos desenvolvidos pela Coplanar e WRI Brasil, no âmbito de parceria da Prefeitura com a FBvL, receberam o Destaque Marina Harkot de ativismo urbano em premiação realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB - SP).

Para 2022, está previsto o início da implantação de 5 projetos de Territórios Educadores, consistindo nas seguintes ações: execução de obras de adequação e alargamento de calçadas, intervenções em segurança viária, implantação de sinalização vertical e horizontal,

instalação de mobiliário urbano e pinturas em muros e calçadas.

Territórios Educadores são compreendidos como espaços públicos diferenciados, localizados no entorno de unidades de educação infantil, compostos por “trilhas” e “estações” educadoras, intervenções de segurança viária e modais de mobilidade entre locais de alta densidade residencial e equipamentos públicos, com vias e calçadas adequadas e seguras para pedestres.

No Plano de Ação 2021-2024, foram definidas as iniciativas “Implantação de 10 Territórios Educadores em distritos prioritários da primeira infância” e “Elaboração de 5 novos projetos de Territórios Educadores para os demais territórios prioritários da primeira infância”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente. Além disso, os Territórios Educadores foram eleitos como prioridade ao serem incluídos na meta 42 do Programa de Metas (2021-2024).

Em 2021, os anteprojetos de seis dos dez Territórios Educadores previstos desenvolvidos pela Coplanar e WRI Brasil, no âmbito de parceria da Prefeitura com a FBvL, receberam o Destaque Marina Harkot de ativismo urbano em premiação realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB - SP).

Para 2022, está previsto o início da implantação de 5 projetos de Territórios Educadores, consistindo nas seguintes ações: execução de obras de adequação e alargamento de calçadas, intervenções em segurança viária, implantação de sinalização vertical e horizontal, instalação de mobiliário urbano e pinturas em muros e calçadas.

META 5

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos

ESTRATÉGIA 5.5

Garantir a construção de áreas de lazer para crianças no interior dos novos conjuntos habitacionais, considerando as especificidades da primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Asseguradas áreas de lazer para crianças da primeira infância em 75% dos novos conjuntos habitacionais”.

Em 2021, de um universo de 18 novos empreendimentos entregues, que totalizam 3.282 unidades, 16 empreendimentos, com 2.958 unidades habitacionais, possuíam área de lazer para crianças. Isto representa 90% dos novos conjuntos habitacionais. Segue o desafio para os anos seguintes de qualificar as áreas de lazer de forma a considerar as especificidades da primeira infância.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.1

Desenvolver ações durante a Semana do Brincar visando a sensibilização das famílias, dos cuidadores e da sociedade em geral sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Entre 24 e 28 de maio de 2021, foi realizada a Semana Municipal do Brincar com a temática “Casinhas para as Infâncias”. Em razão da pandemia, o evento foi realizado de forma inteiramente virtual com tradução simultânea em libras, em parceria com SMPED, tanto das atividades ao vivo quanto dos vídeos disponibilizados para as crianças e famílias.

A segunda edição da semana incluiu temas como o direito ao brincar na pandemia, importância do brincar no desenvolvimento integral das crianças, convivência intergeracional e o brincar de crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Nesta ocasião, também celebrou-se o lançamento do curso “Paternidade Responsável” em parceria com a FBvL.

Além dos eventos ao vivo, foram publicados ao longo da semana vídeos com propostas de brincadeiras para crianças, produzidos pelos SASF da SMADS, e também pela SEME.

Os vídeos das atividades da Semana somaram 29.904 visualizações no Canal do Youtube da Primeira Infância).

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.2

Sensibilizar gestantes, famílias, cuidadores e a comunidade do entorno das crianças de 0 a 6 anos para a utilização e preservação de locais para a primeira infância e para a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 4 - Estratégia 4.3, Eixo II - Meta 4 - Estratégia 4.2 e Eixo II - Meta 6 - Estratégia 6.1. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.3

Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais, garantindo acessibilidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Criação de plano integrado de ações e programação cultural para a primeira infância”, “Oferta de serviços e materiais de fortalecimento da educação ambiental para unidades da Educação Infantil, por meio do Programa Escolas Sustentáveis”, “Retomada das ações do Programa Aventura Ambiental voltadas ao público da primeira infância” e “Implantação do Programa de Iniciação Artística para Primeira Infância em 10 equipamentos culturais”, cuja conclusão está prevista para 2022, 2022, 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foi lançado na Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) o edital piloto do PIAPI, cuja coordenação é integrada com o Programa de Iniciação Artística (PIA). Para o Edital Piloto do PIAPI, foram contratados 44 artistas educadores, atendendo 22 turmas, em 9 espaços da cidade (Biblioteca Monteiro Lobato, Biblioteca Hans Christian Andersen, EMIA Jabaquara, Casa de Cultura da Brasilândia, Casa de Cultura do Itaim Paulista, Casa de Cultura de Guaianases, Casa de Cultura São Rafael, Centro Cultural Santo Amaro e Casa de Cultura do Campo Limpo), com a participação de 440 crianças.

O projeto Caminhos para Escola Sustentável foi adaptado e transformado no Programa Escola Sustentável, com foco na organização de conhecimento relacionado para formação de educadores, organização de espaços, material e formação para gestão e fortale-

cimento de técnicas para aprimorar a relação da gestão com o território. Em 2021, foi lançada a publicação virtual “Caminhos possíveis para a construção de uma Escola Sustentável” para educadores de Educação Infantil e Fundamental I e II. Já o Programa Aventura Ambiental é um programa de atividades presenciais, sendo assim, em 2021, a metodologia do programa foi adaptada ao protocolo de segurança sanitária e as atividades foram retomadas parcialmente.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.4

Ampliar a oferta de atividades físicas e modalidades esportivas nos equipamentos públicos para crianças na primeira infância com e sem deficiência.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Implantação de, ao menos, um novo centro esportivo para ampliação do atendimento para crianças na primeira infância” e “Ampliação de turmas de atividades físicas e modalidades esportivas nos equipamentos públicos para crianças na primeira infância com e sem deficiência”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram retomadas gradualmente as atividades nos centros esportivos a partir do mês de setembro, conforme protocolos de segurança sanitária estabelecidos. Dessa forma, o número de centros esportivos em funcionamento com oferta de atividades para crianças de 4 a 6 anos - que incluem aulas de karatê, natação, ginástica artística, judô, ginástica respiratória, ginástica infantil, ballet, handebol, alongamento, tênis de mesa, entre outras - foi de 12, em média, por mês. Entre eles: CE Butantã, CE Curuçá, CE Freguesia do Ó, CE Jardim Sabará, CE Mario Moraes, CE Mooca, CE Santo Amaro, CE São Matheus e CE Tiradentes. Já o número de crianças atendidas, por sua vez, variou de 74, em setembro, e 374 em novembro, atingindo uma média de 221 crianças atendidas por mês, superando a meta de 220 prevista para 2022.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.5

Ampliar a oferta de atividades físicas orientadas para gestantes.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, foram qualificados os formulários de atendimento utilizados pelos centros esportivos, que passaram a contar com um novo campo para identificação de gestantes. Isto permitiu a aferição do número de gestantes que frequentaram aulas de alongamento, ginástica geral, ginástica artística, pilates, voleibol, caminhada, entre outras. Após a reabertura dos clubes esportivos, foram atendidas 12 gestantes por mês, em média, em 4 centros esportivos, entre eles: CE Butantã, CE Campo Limpo, CE Curuçá, CE Manchester, CE Jardim Sabará e CE Santana.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.6

Ampliar a instalação de bibliotecas infantis nas bibliotecas municipais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Criação de 8 salas dedicadas à primeira infância no interior das bibliotecas”, “Qualificação de 48 bibliotecas com mobiliário e materiais para atividades com crianças na primeira infância”, e “Aumento em 5% na aquisição de acervo voltado para a primeira infância destinado às bibliotecas do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), a cada ano”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 23 de agosto de 2021, foram inauguradas 2 salas da primeira infância na Biblioteca Monteiro Lobato (região central). As salas foram divididas por faixa etária, de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos de idade. A ambientação foi feita de forma a propiciar o aconchego e ludicidade do espaço com alguns brinquedos educativos e pelúcias, a sala acolhe desde uma única criança até grupos de no máximo 30 crianças. Observou-se um aumento do público da primeira infância na biblioteca, sendo atualmente cerca de 70% do público total do equipamento. Como consequência, também houve um aumento no uso dos demais serviços da biblioteca, como consulta e empréstimo do acervo, e maior apropriação do acervo por parte dos usuários, com a utilização do local por parte de pais para contar histórias para seus filhos, e maior divulgação da biblioteca na vizinhança, evidente a partir do relato de pessoas que não sabiam se tratar de uma biblioteca, e que passaram a frequentar o local.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.6

Ampliar a instalação de bibliotecas infantis nas bibliotecas municipais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Além disso, em 2021, foram comprados, catalogados e entregues às bibliotecas com sucesso 10.621 exemplares de livros para a primeira infância. Como desafio, nota-se certa dificuldade no processo de compra devido à falta de padronização do mercado editorial em relação à faixa etária definida como primeira infância (0-6 anos).

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.7

Implementar iniciativas de estímulo à leitura parental.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Disponibilização anual de títulos literários para famílias com crianças na primeira infância matriculadas na rede municipal de ensino (Programa Minha Biblioteca)”, de caráter permanente, e “Implementação de aplicativo de contato com a família que, entre outras funcionalidades, indicará leituras e possibilidades de interação entre familiares e crianças”, cuja conclusão está prevista para 2022.

O Programa Minha Biblioteca é destinado ao acervo pessoal de todos os bebês, crianças e estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino. Cada um deles recebe dois títulos para compor sua biblioteca pessoal. Em 2021, foram destinados o total de 2.158.306 livros para o Programa como um todo, sendo 747.332 livros para CEI da rede direta e parceira, 470.818 para as EMEI e CEMEI. A distribuição desses livros é acompanhada pela orientação e incentivo, pelos gestores educacionais e professores, às famílias para que elas mediem a leitura das obras recebidas.

Fora o acervo adquirido para o Programa Minha Biblioteca, em 2021, foram 5 exemplares de 765 títulos para os acervos iniciais de 75 unidades educacionais e 2 exemplares de 541 títulos para os acervos complementares das demais unidades educacionais da rede.

Além disso, foi inaugurado o Clube de Leitura da Rede Municipal de Ensino “Leia, professora! Leia, professor!”

para subsidiar a prática de leitura coletiva. Foram escolhidos 12 títulos para guiar o clube e todas as unidades educacionais (diretas e parceiras) receberam 10 exemplares de cada título.

E, para fomentar a prática do Leituraço Migrante, foram selecionados dois conjuntos de títulos que versam sobre literatura e migrações, sendo um deles direcionado à Educação Infantil. Todas as unidades educacionais (diretas e parceiras) receberam dois exemplares de cada título.

Durante o ano de 2021, também foi disponibilizado o aplicativo Escola Aqui com informações educacionais e possibilidades de comunicação com os pais para 1000 famílias, em caráter de teste piloto, cujos resultados serão avaliados, principalmente no que tange à observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.8

Ampliar os mecanismos de comunicação sobre os serviços públicos disponíveis para gestantes e crianças na primeira infância e as formas de acesso a eles.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Descrição e/ou atualização dos serviços para gestantes e crianças na primeira infância na Carta de Serviço da Política de Atendimento ao Cidadão/ã, sendo solicitável via canal 156, quando pertinente”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, foi realizado diagnóstico das Cartas de Serviço da PMSP, constantes no Portal SP156, para gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. O levantamento de todas as cartas de serviço existentes sobre o tema e as demandas de atualização e criação resultou em um plano de atualização para 2022, cuja implementação beneficiará iniciativas abrangidas em outras estratégias do plano, prioritariamente, Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10 e Eixo II - Meta 4 - Estratégia 4.1.

META 6

Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano.

ESTRATÉGIA 6.9

Promover a divulgação da agenda cultural e de outras atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância nos respectivos territórios.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiram-se as iniciativas “Inclusão das atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância no plano de comunicação da agenda cultural da cidade”, e “Implementação de um selo padrão da primeira infância na programação cultural temática da SMC”, com previsão de realização até 2024.

META 7

Restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista

ESTRATÉGIA 7.1

Criar instrumentos legais de regulamentação e fiscalização da publicidade infantil.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Entende-se que esta estratégia envolve ações de (co) responsabilidade da sociedade civil, iniciativa privada ou poder legislativo, que não foram objeto da construção do Plano de Ação 2021-2024, mas que são acompanhadas no âmbito da Comissão de Avaliação.

META 7

Restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista

ESTRATÉGIA 7.2

Criar mecanismos de dissuasão (lista de denúncia) e conformidade (selo Primeira Infância) para agentes do campo mercadológico.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações relacionadas ao Eixo II - Meta 4 - Estratégia 4.5, que dizem respeito, primariamente, ao Selo de Direitos Humanos e Diversidade. Dessa forma, as iniciativas ali descritas contribuem para sua implementação.

META 7

Restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista

ESTRATÉGIA 7.3

Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa “Inclusão da temática dos efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação na Semana da Primeira Infância”, prevista para 2022.

EIXO III:

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral



EIXO III:

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

Estratégias em andamento: 77,8%

Em 2021, a PMSP ampliou sua capacidade de defesa e promoção de direitos a partir da expansão de sua rede de serviços, com destaque para os novos Centros de Acolhida Especial (CAE) para Família, Centro de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Sigiloso para Mulheres Vítimas de Violência, Família Acolhedora, Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV), equipes especializadas dos Núcleos de Prevenção de Violência (NPV) e Núcleos de Direitos Humanos, além de ações de qualificação do atendimento, como a criação de Central de Vagas de Acolhimento Institucional e Familiar em SMADS. A realização de campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e de prevenção à violência contra crianças, que atingiram mais de 45.000 pessoas no ano, assim como a produção de conteúdo formativo, como a publicação “Conhecer para Proteger” do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) da SME, também contribuíram para avançar nesse sentido. Com o intuito de promover maior integração com o SGDCA, foram realizadas também ações no âmbito da Comissão da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes e a elaboração de proposta de formação

continuada para os Conselhos Tutelares. Além disso, buscou-se fortalecer estratégias para ampliação do acesso a direitos por pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento a partir da realização de capacitação de docentes da educação infantil, da ampliação de sites acessíveis, entre outras ações de natureza permanente. A articulação do Poder Executivo com o Sistema de Garantia de Direitos permanece sendo um desafio, assim como o enfrentamento às situações de risco e vulnerabilidade agravadas com a pandemia de Covid-19, tais como a redução significativa de renda familiar, a perda de moradia e o conseqüente aumento das famílias em situação de rua e o aumento da violência psicológica, física e sexual contra crianças de 0 a 6 anos e a subnotificação dos casos.

META 1

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

ESTRATÉGIA 1.1

Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10, que diz respeito à implementação de protocolos integrados. Dessa forma, as iniciativas ali descritas trazem avanços específicos em relação à integração dos serviços direcionados a gestantes e crianças na primeira infância. Contribuem também para essa estratégia as iniciativas de expansão e qualificação de serviços informadas neste balanço como, por exemplo, equipes de ESF, SASF, CAE Família, Famílias Acolhedoras, Serviços Especializados de Abordagem Social (SEAS) e Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV).

META 1

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

ESTRATÉGIA 1.2

Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Elaboração e publicação de protocolo integrado (fluxo de alerta intersetorial integrado ao Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância) para busca ativa de gestantes que não acessam os serviços públicos”, cuja conclusão está prevista para 2022.

A PMSP dispõe de rede de atendimento com variedade de tipologias de serviços voltados tanto à promoção quanto à proteção dos direitos da mulher. Esses serviços atuam em rede e articulados à comunidade para atendimento, orientação e encaminhamento das mulheres a outros serviços públicos. Essa rede é integrada pelos Centros de Cidadania da Mulher (CCM), Centros de Referência da Mulher (CRM) e nos Centros de Defesa e Cidadania da Mulher (CDCM), onde a mulher, mesmo quando acompanhada de filhos(as), é acolhida por profissionais capacitados, informada sobre seus direitos e encaminhada para os serviços necessários, como apoio psicológico e assistência jurídica. Em casos de violência, risco à integridade física e psíquica e risco iminente de morte, a mulher poderá ainda ser atendida e acolhida na Casa da Mulher Brasileira, Casa de Passagem ou Casa Abrigo.

A Prefeitura de São Paulo conta ainda com o Guardiã Maria da Penha, um instrumento para garantir a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica. O Programa Guardiã Maria da Penha é uma iniciativa pioneira da Prefeitura do Município de São Paulo, voltada para a proteção dessas mulheres por meio de

uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo – com a participação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, por meio da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e da Coordenação de Políticas para Mulheres, da SMDHC – com o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Os agentes da GCM visitam periodicamente os domicílios das mulheres que tiveram medidas protetivas concedidas pela Justiça. As mulheres atendidas pelo projeto recebem cerca de quatro visitas semanais ou mais, dependendo da gravidade do caso. Além disso, os equipamentos de acolhimento à mulher vítima de violência possuem brinquedotecas e espaços socioeducativos para as crianças.

META 1

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

ESTRATÉGIA 1.3

Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Integração do protocolo integrado (fluxo de alerta intersectorial) para busca ativa de gestantes que não acessam os serviços públicos ao plano de capacitação do Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância”, cuja conclusão está prevista para 2024.

De forma geral, a estratégia também foi endereçada em 2021 por meio de ações relacionadas à integração de outros instrumentos e fluxos de alerta ao desenvolvimento do plano de capacitação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, como é possível perceber nas ações no âmbito do Eixo I, meta 1, Estratégia 1.10.

META 1

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

ESTRATÉGIA 1.4

Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil, com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças com deficiência.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Implantação de pelo menos 1 novo CAE para Família”, “Implantação de 1 Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, “Implantação de 1 Centro de defesa dos direitos da população em situação de rua”, “Implantação de 2 novos CAE para Famílias Imigrantes”, “Expansão de equipe do CRAI móvel”, “Implantação de 1 Centro de Referência em Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua (FUMCAD)” e “Informatização e aperfeiçoamento dos registros do SEAS”, cuja conclusão está prevista para 2022, 2022, 2024, 2024, 2024 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram abertos 4 novos serviços de acolhimento na modalidade CAE Família, na Subprefeitura da Sé, totalizando 372 vagas. Dessa forma, a meta prevista para 2022 foi atingida em 400%. Além disso, foi inaugurado em agosto de 2021 o Centro de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, um equipamento público referenciado no atendimento especializado à população em situação de rua. Conta com equipe preparada para o atendimento da população em situação de rua levando em conta a heterogeneidade e vulnerabilidades sobrepostas às quais esse público está sujeito. O equipamento atua por meio da articulação da rede de políticas públicas e agentes existentes do território, do atendimento técnico especializado e com oferta de ações educativas e capacitações. O serviço tem como objetivo principal a defesa e a promoção dos direitos, por meio do acesso a

serviços e equipamentos públicos, da inclusão social, cultural, produtiva e econômica e da superação do preconceito sobre esse recorte populacional. Como perspectiva de ampliação, o serviço tem recebido supervisões constantes que consistem na definição de novas atuações, conforme demanda apresentada em cada território. De caráter itinerante, o serviço realiza formações temáticas sobre os direitos e especificidades da população em situação de rua, podendo apresentar também as particularidades da situação de rua durante a primeira infância, infância e adolescência.

Lançado em 2019, o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) tem como objetivo descentralizar e facilitar o acesso das comunidades migrantes aos serviços oferecidos pelo poder público municipal. Em razão da pandemia, as atividades apenas foram retomadas em setembro de 2021. Nesse ano, foi possível o aditamento ao termo de colaboração de gestão do CRAI, acrescentando o repasse e ampliando os recursos humanos do equipamento. Com isso, foi possível fortalecer e ampliar a equipe do CRAI Móvel, que atualmente conta com uma equipe exclusiva, composta por uma assistente social, uma advogada e dois técnicos em regularização migratória. A ampliação do quadro de recursos humanos do CRAI Móvel possibilitou a ampliação do atendimento itinerante e o fortalecimento do equipamento móvel.

No que diz respeito à implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, foram apresentados 2 projetos no âmbito do edital do FUMCAD, e apenas 1 foi classificado apto: a proposta da entidade SEFRAS. Até o momento de fechamento deste relatório, o projeto encontrava-se em fase de parceria, apenas pendente a locação de espaço para implantação do serviço e início da execução.

No que diz respeito à informatização e ao aperfeiçoa-

mento dos registros do SEAS, conforme caracterização do serviço preconizado na Portaria 46/smads/2010, o SEAS, por meio das abordagens realizadas, garante o referido eixo aos interessados por meio de encaminhamentos para as unidades estatais Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O SEAS utiliza o sistema SIS RUA desde o ano de 2009 e são registradas nesse sistema as abordagens e atendimentos efetuados pelas equipes. Os registros devem ser lançados até o próximo dia útil do mês subsequente à abordagem. A SMADS alimenta um PowerBI que consolida esses dados de abordagem diária.

META 2

Garantir o acolhimento conjunto qualificado a todas as mulheres gestantes ou com filhos(as) na primeira infância em situação de rua ou vítimas de violência doméstica

ESTRATÉGIA 2.1

Ampliar o serviço de acolhimento conjunto qualificado.

ESTRATÉGIA 2.2

Capacitar 100% das equipes de acolhimento conjunto para a promoção do desenvolvimento na primeira infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Edição de decreto de transferência dos Centros de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência da SMDHC para SMADS”, “Implantação de central de vagas para acolhimento de mulheres em situação de violência”, “Implantação de 1 novo Centro de acolhimento provisório a mulheres em situação de violência” e “Realização de capacitação para equipes de acolhimento conjunto para a promoção do desenvolvimento na primeira infância”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em relação à reorganização dos serviços de atendimento a mulheres entre SMDHC e SMADS, em 2021, foi realizado um alinhamento técnico entre as áreas e o planejamento da ação. A reorganização de serviços proposta demanda também alinhamento técnico entre as equipes de atendimento que se efetivará por meio de ações formativas e da construção de protocolos comuns, em diálogo com ações previstas no Eixo I, Meta 1, Estratégia 1.10.

Em 2021, foi criada a Central de Vagas de Acolhimento Institucional e Familiar da SMADS, responsável pelo atendimento a todas as solicitações e determinações de disponibilização de vagas nos serviços de acolhimento familiar e institucional. Assim, após publicizada a Portaria nº 58/SMADS/2021, a operacionalização das vagas de serviços de acolhimento de mulheres vítimas de violência e de criança e adolescente passou a ser realizada pela Central de Vagas sob a competên-

cia da Coordenação de Pronto Atendimento Social da SMADS.

Ademais, foi instalado um serviço de acolhida sigiloso para mulheres vítimas de violência, o Centro de Acolhida Carolina Maria de Jesus, com o oferecimento de 20 vagas e início de vigência previsto para fevereiro de 2022.

META 3

Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço

ESTRATÉGIA 3.1

Ampliar serviços de acolhimento familiar.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

O Família Acolhedora é um serviço da rede socioassistencial, referenciado na Proteção Social Especial, executado por organizações da sociedade civil, que organizam o acolhimento em ambiente familiar, por famílias cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção.

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Implantação de 3 novos serviços de acolhimento familiar”, cuja conclusão está prevista para 2024. Em 2021, foi inaugurado 1 novo serviço de acolhimento familiar (Família Acolhedora), sob supervisão da Supervisão de Assistência Social de Guaianases, com 30 novas vagas, ampliando a rede para 5 serviços e 150 vagas, distribuídas em todas as macrorregiões da cidade.

META 3

Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço

ESTRATÉGIA 3.2

Criar e implementar o serviço de acolhimento familiar emergencial para situações que requeiram um acolhimento imediato e de curta duração.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Alinhamento dos fluxos de alerta do protocolo integrado com o sistema de justiça para acolhimento institucional”, cuja conclusão está prevista para 2024. Tal iniciativa se relaciona com o Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10, que diz respeito ao Protocolo Integrado de atenção à Primeiríssima Infância.

META 3

Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço

ESTRATÉGIA 3.3

Criar e implementar o programa família guardiã, oferecendo subsídios para que crianças que tenham seus direitos ameaçados ou violados possam permanecer nas famílias extensas, sem a necessidade da medida do acolhimento.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

O Programa Família Guardiã foi substituído pelo Serviço Família Acolhedora por meio da regulamentação da Lei 16.691, de 13 de julho de 2017. A referida legislação remete à tipificação nacional, no que tange às diretrizes do serviço, como também contempla no parágrafo único a “Guarda Subsidiada” que possibilita a crianças e adolescentes o fortalecimento de vínculos com a família de origem ou a família extensa.

META 4

Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança

ESTRATÉGIA 4.1

Aprimorar o sistema de notificação de violência contra a criança, incluindo a criação de um canal de denúncias.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2020, foi criado o canal exclusivo para recebimento de denúncias de violências contra crianças e adolescentes na Central Telefônica 156, além de serviço previamente criado no Portal SP156. As denúncias são processadas pela Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH), que conta com 9 Núcleos de Direitos Humanos, responsáveis pelo atendimento presencial descentralizado, com orientação e apoio jurídico e psicossocial. Em 2021, foram recebidas 283 denúncias de violência, incluindo maus tratos, abandono e negligência, exploração sexual e tráfico de pessoas, das quais 124 (43,8%) foram encaminhadas para outros serviços da rede de atendimento da PMSP. Em sua grande maioria, as denúncias foram anônimas (79,6%), feitas por terceiros.

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de capacitação das equipes de atendimento do SP156 que recebem denúncias de violência contra crianças e adolescentes”, cuja conclusão está prevista para 2022 em continuação às ações formativas realizadas em 2020.

META 4

Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança

ESTRATÉGIA 4.2

Garantir o encaminhamento de todas as denúncias de violência contra a criança recebidas.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

De forma mais ampla, esta estratégia também se relaciona com ações realizadas no âmbito do Eixo I, Meta 1, Estratégias 1.9 e 1.10, que dizem respeito à criação de um sistema de informação para a comunicação intersetorial em situações de riscos relacionados ao desenvolvimento infantil, que demandem atendimento integrado, e ao Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, que inclui o Fluxo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, o qual prevê procedimentos únicos e encaminhamentos intersetoriais a partir das múltiplas portas de entrada: rede de atendimento, canais de denúncia e Ministério Público.

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se ainda a iniciativa “Articulação realizada com o Governo Federal para aprimoramento do fluxo com o Disque 100”, cuja conclusão está prevista para 2022. O desafio previsto para 2022 consiste no aprimoramento dos fluxos com o Governo Federal e o Ministério Público.

META 4

Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança

ESTRATÉGIA 4.3

Promover, anualmente, campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e contra crianças.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa “Realização de ação de comunicação da PMSP sobre temática da cultura da não violência familiar e contra crianças”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 2021, a PMSP , por meio das assessorias técnicas de comunicação das secretarias municipais, acompanhou e divulgou ações e eventos sobre o tema nas redes sociais, site e imprensa, além de propor campanhas para disseminar informações para o público e a mídia. Informações de proteção e canais de denúncia permearam todas as comunicações realizadas. Em 2021 foram realizadas as seguintes ações, que, se somada a visualização das publicações e lives realizadas, alcançou um público total de 47.029 pessoas:

Abril: Em março de 2021, o caso Henry Borel comoveu o Brasil e trouxe à tona o tema e a necessidade de combater a violência contra a criança. O acontecimento foi utilizado como gancho pela SMDHC para lançar uma campanha virtual, trazendo informações sobre como identificar sinais de abuso ou violência, além de orientar sobre os canais de denúncia a serem acionados nestes casos. Publicada no Facebook e Instagram.

Maior: A PMSP lançou a campanha virtual intersecretarial #FaçaBonito, de conscientização sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), potencializada por um seminário virtual ocorrido no dia, trazendo mais informações sobre a gravidade desta forma de

violência, formas de identificá-la e como realizar denúncias. Publicada no Facebook e Instagram. Na ocasião a SMDHC apoiou uma campanha realizada pelo Facebook, em parceria com a Safernet, que reforçava a maneira correta de denunciar imagens ou vídeos de abuso sexual infantil online. Publicada no Facebook e Instagram.

Junho: Em alusão ao Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão (04/06), a SMDHC lançou uma campanha em parceria com o Metrô Social para exibir materiais informativos de prevenção à violência contra crianças e adolescentes. Além de uma publicação no Facebook e Instagram, foram produzidos seis vídeos, que foram exibidos durante 90 dias nos totens da JC-Decaux do Metrô.

Junho: no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12/06), SMDHC realizou uma live sobre o tema, exibida nos canais de Facebook e YouTube da SMDHC e divulgou vídeo, organizado pelo CMDCA, com depoimentos de alguns conselheiros do órgão, se posicionando contra o trabalho infantil. Além disso, também foi realizada a publicação de uma arte em referência a data no Facebook e Instagram. Já a CMETI realizou, em 11/06/2022, o Seminário Virtual em Mobilização ao Dia Nacional e Internacional de Combate ao Trabalho Infantil, contando com participação de representantes do Sistema de Justiça, da sociedade civil organizada e de organizações internacionais, além do próprio Executivo Municipal

Julho: os 31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram celebrados com diversas ações promovidas pela SMDHC. Durante o mês foi lançada a campanha ‘#NãoÉBrincadeira”, que promoveu conscientização em torno dos 5 principais direitos desta faixa etária definidos pelo ECA, que reforçam o combate à violência contra a criança, em uma série de publicações no Facebook e Instagram. Além disso, foi reali-

zada uma live especial de celebração com apresentação da Orquestra Heliópolis, nos canais de YouTube e Facebook. Para fechar, ainda foi publicado o vídeo de uma criança dando os parabéns para o ECA, como uma forma de trazer uma pessoa que tem seus direitos defendidos pelo estatuto para dentro das ações.

Outubro: Uma nova campanha foi realizada no Dia das Crianças (12/10), também em parceria com o Metrô Social e com exibição nos totens do JCDecaux por um período de 30 dias. O foco desta ação foi reforçar que todos podemos ser 'heróis' na vida de uma criança, pois temos o poder de acolher e de realizar denúncias em situações de violações de direitos. Como nas campanhas anteriores, foram reforçados os canais de denúncia, como o SP156 (municipal) e o Disque 100 (nacional), e que os Conselhos Tutelares podem ser acionados nestes casos. A campanha também foi publicada no Facebook e Instagram. Como resultado, se somados os 90 dias de exibição da campanha do Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão (04/06) aos 30 dias da ação do Dia das Crianças (12/10), foi obtido um alcance de 780 milhões de pessoas (lembrando que esse número não é exato, pois considera o fluxo diário do Metrô, somando assim visualizações que seriam repetidas ou da mesma pessoa).

META 4

Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança

ESTRATÉGIA 4.4

Elaborar e veicular material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Produção de caderno que trata do enfrentamento da violência contra criança e adolescente pelo NAAPA”. Em 2021, foi produzido o livro “Conhecer para Proteger – Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes”, cujos exemplares foram distribuídos para todas as escolas da RME. Após publicação, o NAAPA realizou divulgação e formação temática nas 13 DRE, abrangendo escolas da rede direta e rede parceira.

META 5

Garantir atendimento especializado e individualizado a todas as mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo por processo criminal ou ato infracional

ESTRATÉGIA 5.1

Acionar a rede de proteção antes da alta da maternidade para as mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente as que se encontram em situação de rua, são usuárias de drogas ou respondem a processo criminal ou ato infracional.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Elaboração da Política Municipal para Crianças e Adolescentes em situação de rua” e “Implantação de 6 novas equipes de Consultório na Rua”, iniciativas constantes também do Programa de Metas 2021-2024, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Desde de abril de 2021, quando foi apresentado o Projeto de Lei nº253/2021 na Câmara Municipal de São Paulo, que dispõe sobre a Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua da Cidade de São Paulo, o Poder Executivo tem participado das discussões, audiências públicas e acompanhado a tramitação do projeto. Uma minuta de substitutivo foi elaborada conjuntamente por SMDHC, SMADS, SMS, SME, SEHAB, SGM e SMC para contribuir com a discussão, que se estenderá pelo ano de 2022.

No que diz respeito ao atendimento dessa população, a SMS possui 26 equipes de consultório na rua, 469 unidades básicas de saúde (UBS) e alta responsável (hospital entra em contato com a SMADS). As equipes realizam suas atividades de forma itinerante, nos locais de permanência da população que está em situação de rua, em centros de acolhida, na rua, calçada, unidade móvel e também nas instalações de UBS do território onde está atuando, sempre articuladas e desenvolvendo ações em parceria com as demais equipes que atuam na atenção básica do território, com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os serviços da Rede

de Urgência/Emergência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) entre outras instituições públicas e da sociedade civil. Em 2021, conforme publicação do Censo da População em Situação de Rua e aumento dos cadastros, houve uma avaliação e planejamento junto às Coordenadorias Regionais de Saúde e Supervisões Técnicas de Saúde dos territórios com maior demanda para ampliação do número de equipe. A SMS, por meio da Rede de Atenção à Saúde, garante o atendimento ao pré-natal, parto, puerpério e puericultura com orientações e assistência em saúde, considerando as condições e vulnerabilidades específicas das famílias em situação de rua. A Atenção Básica, por meio dos Consultórios na Rua realizam abordagem, atendimento médico e multiprofissional e acompanham as gestantes, parto e puerpério, inserindo-a no Programa Mãe Paulistana/Rede Cegonha para realização do pré-natal, ofertando assistência em saúde, tendo em vista as individualidades e particularidades de cada mulher em situação de rua. A SMS e a SMADS atuam em parceria para assegurar a gestão de alta responsável à puérpera e seus bebês ao Centro de Acolhida vinculado à SMADS que comporte mãe, bebê, outros filhos e, se o caso, seu/sua companheiro/a por meio do estabelecimento de protocolo conjunto.

META 5

Garantir atendimento especializado e individualizado a todas as mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo por processo criminal ou ato infracional

ESTRATÉGIA 5.2

Garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Entende-se que esta estratégia envolve ações de responsabilidade do poder público estadual, que não foram objeto da construção do Plano de Ação 2021-2024.

Ainda assim, mulheres gestantes são acompanhadas independentemente da condição pelos serviços de saúde que oferecem atendimento pré-natal e atenção ao parto (Rede de Proteção à Mãe Paulistana) apoiado em Plano Terapêutico Singular (PTS), orientação para planejamento familiar e reprodutivo, incluindo o genitor, e orientação e assistência para a interrupção da gravidez, nos casos previstos em lei.

META 6

Garantir que todas as crianças tenham registro civil

ESTRATÉGIA 6.1

Garantir que todas as maternidades ofereçam o registro de nascimento.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Oferta de registro civil gratuito para recém nascidos nas maternidades municipais em convênio com cartórios”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, das 63 maternidades do município, 39 (61,9%) possuíam representantes dos cartórios dentro dos hospitais, um aumento de cerca de 50% em relação a 2020.

META 6

Garantir que todas as crianças tenham registro civil

ESTRATÉGIA 6.2

Garantir que todos os cartórios de registro civil forneçam informação para o registro de filhos nascidos em casas de parto

IMPLEMENTAÇÃO 2021

As casas de parto do município de São Paulo entregam ao pai e à mãe a Declaração de Nascido Vivo (DNV), documento de identidade provisória, com o qual é possível a emissão da certidão de nascimento por um cartório, e o acesso a serviços públicos até que o registro civil seja expedido.

META 6

Garantir que todas as crianças tenham registro civil

ESTRATÉGIA 6.2

Ampliar a dupla filiação nas certidões de nascimento.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Promoção de mutirão de registro de paternidade em parceria com instituições públicas estaduais e municipais”, cuja conclusão está prevista para 2024.

META 7

Aprimorar o sistema de garantia de direitos

ESTRATÉGIA 7.1

Promover maior integração das políticas públicas e das ações do Sistema de Justiça.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se duas iniciativas: “Realização de reuniões trimestrais da Comissão da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes”, cuja execução é permanente; e “Desenvolvimento de conteúdo de formação relacionado à violência contra criança e adolescente em parceria com atores do Sistema de Garantia de Direitos”, que contribui para pactuações e alinhamentos importantes, cuja conclusão está prevista para 2022.

No ano de 2021, a Comissão da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes se organizou em cinco frentes de trabalho: Grupo de Trabalho (GT) Regimento, GT Comunicação, GT Planos e Comissões, GT Implementação do Fluxo de Violência contra Crianças e Adolescentes e GT Indicadores. Para além dos GTs, foram realizadas, quatro reuniões gerais da Comissão: 08/04, 10/06, 09/09 e 09/12, conforme periodicidade trimestral estabelecida no regimento aprovado. Para além disso, houve a participação da Comissão no webinar promovido pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência: “Prevenção às violências na prática: comunidade escolar e intersetorialidade”.

Os resultados da Comissão Técnica foram obtidos através das ações realizadas dentro dos GTs. O GT Regimento teve como objetivo criar o regimento interno da Comissão Técnica, aprovado em junho de 2021. O GT Planos e Comissões foi constituído com o objetivo de fortalecer a integração entre as ações relacionadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra

crianças e adolescentes, nas diferentes comissões e planos municipais em que esta temática é abordada. Para tanto, foi realizado mapeamento preliminar dos planos municipais que contemplam ações focalizadas para infância e adolescência, no sentido de identificar lacunas, redundâncias e sobreposições para subsequentes recomendações às comissões e secretarias responsáveis pela elaboração e implementação desses planos. O GT ainda apoiou a CMESCA na elaboração de edital de contratação de consultoria para apoiar a construção do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. O GT Indicadores teve como objetivo selecionar um conjunto de indicadores relativos à violência contra a criança e o adolescente, a serem inseridos na plataforma do Observatório de Direitos Humanos, em construção pela SMDHC. A seleção preliminar realizada pelo grupo contém 62 indicadores provenientes majoritariamente dos seguintes órgãos/bases de dados: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Observatório da Vigilância Socioassistencial (SMADS/PMSP), Coordenadoria de Vigilância em Saúde (SMS/PMSP) e Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (SMS/PMSP). No GT Fluxo, o objetivo foi apoiar a Comissão Técnica da Primeira Infância na implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância, mais especificamente do Fluxo de Atenção à Criança e ao Adolescente Víctima de Violência. Foram levantadas temáticas e identificadas oportunidades de parcerias para a realização de cursos de capacitação. O trabalho desenvolvido contou com o mapeamento de temas relevantes para capacitações, com a escuta de profissionais da ponta para priorização dos conteúdos, bem como apoio à produção de material pelas instituições que compõem a comissão, além da PMSP. Avançou-se na proposição de curso sobre os tipos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência sexual, e orientações para os profissionais visando o seu reconhecimento e enfrentamento. Este conteúdo será produzido pela Co-

alização Brasileira pelo Fim da Violência contra Criança e Adolescente em parceria com organizações da sociedade civil que compõem o grupo. Complementarmente, também trabalhou-se na elaboração de roteiro para curso a ser produzido pela equipe da Defensoria Pública de São Paulo sobre o Sistema de Garantia de Direitos e procedimentos para a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência. As propostas de conteúdo e metodologia foram consolidadas e farão parte do programa de formação que será ofertado, a partir de 2022, às equipes dos serviços municipais no âmbito da implementação do Protocolo Integrado.

Complementarmente a essa ação de caráter formativo, Em 2021, por meio do ESPASO, a SMADS ofereceu uma série de atividades de formação que também abordaram a temática da violência contra criança e adolescente em parceria com atores do Sistema de Garantia de Direitos e outros temas correlatos. Entre os cursos ofertados destacam-se:

- Produção do Cuidado, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo - Enfoque na Assistência Social.
- Escravo, nem pensar! Prevenção ao trabalho escravo contemporâneo em São Paulo em São Paulo.
- PSEA

META 7

Aprimorar o sistema de garantia de direitos

ESTRATÉGIA 7.2

Desenhar e implementar ações de qualificação dos conselhos tutelares

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se duas iniciativas: “Disponibilização de capacitação para uso do SIPIA-CT para 100% dos conselheiros tutelares” e “Elaboração e implementação de Programa de Formação para Conselheiros Tutelares”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, houve a formulação e elaboração da proposta de formação continuada dos Conselhos Tutelares. O processo de definição dos temas teve como subsídio material produzido pelo CMDCA a partir da escuta de diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos e o que identificavam como gargalos na atuação do Conselho Tutelar. Em razão da pandemia da COVID-19, a formação foi estruturada na plataforma Moodle da SMDHC, onde conselheiros(as) poderão acessar todos os materiais durante o período que as aulas estiverem disponíveis de maneira assíncrona, com o objetivo de fornecer maior flexibilidade para que eles(as) acompanhem os conteúdos, considerando a rotina de trabalho de cada colegiado. Cada módulo possui de 5 a 6 temas, além de material obrigatório e complementar. Os formatos dos materiais são em vídeo (vídeo-aula) e material escrito (textos, reportagens, documentos técnicos e artigos científicos), além de um instrumento de avaliação (questionário sobre os temas) ao final de cada módulo. O atestado de conclusão será emitido pela própria plataforma para aqueles que completarem as aulas e os questionários dentro do cronograma disponibilizado. Os temas abordados são:

Módulo 1 - A atuação do Conselho Tutelar e de seus/suas conselheiros/as

- Tema 1 - Fala de abertura
- Tema 2 - Discussões sobre raça, etnia, religião, identidade de gênero, orientação sexual
- Tema 3 - Introdução ao Orçamento Público
- Tema 4 - Conselho Tutelar e a LGPD
- Tema 5 - Justiça restaurativa

Módulo 2 - Introdução às políticas sociais

- Tema 1 - Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência
- Tema 2 - Política de Educação Municipal
- Tema 3 - Política de Habitação e reintegração de posse
- Tema 4 - Medidas Socioeducativas
- Tema 5 - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
- Tema 6 - Centro de Integração da Cidadania (CIC)

Módulo 3 - O Conselho Tutelar e sua atuação junto às famílias

- Tema 1 - Política da Primeira Infância e o PMPI
- Tema 2 - Gravidez na Adolescência
- Tema 3 - Acolhimento institucional e Resolução Conjunta CMDCA e Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) (“Regulamentação de Serviço de Acolhimento Institucional ou Familiar no Município de São Paulo”)
- Tema 4 - Do atendimento à criança e adolescente vítima de violência
- Tema 5 - Prevenção ao suicídio e automutilação

O material será disponibilizado em 2022, quando todos(as) conselheiros(as) e colegiados estiverem devidamente equipados.

META 8

Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão

ESTRATÉGIA 8.1

Estimular pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Trata-se de ação que derivará de iniciativa do Eixo III, Meta 8, Estratégia 8.2, que diz respeito ao processo de elaboração de protocolo integrado específico para detecção de situações que necessitam de atenção especializada.

META 8

Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão

ESTRATÉGIA 8.2

Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado dessa população.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Elaboração e publicação de protocolo integrado (fluxo de alerta intersetorial integrado ao Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância) para a detecção de situações que requerem atenção especializada”, cuja conclusão está prevista para 2024.

META 8

Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão

ESTRATÉGIA 8.2

Ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, nos serviços públicos municipais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Capacitação de 200 professores da Educação Infantil sobre a temática do autismo”, “Concessão do Selo de Acessibilidade Digital para os sites geridos pela PMSP”, “Implantação de avatar de tradução em LIBRAS em sites geridos pela PMSP” e “Manutenção da atualização do Guia de Serviços para Pessoa com Deficiência”, cuja conclusão está prevista para 2022, 2024, 2024 e 2024, respectivamente.

Em 2021, foram abertas turmas específicas voltadas ao público de professores da educação infantil, com módulos abordando: TEA à luz da interdisciplinaridade; TEA - um olhar para a educação infantil dos Centros de Educação Infantil; O processamento sensorial no desenvolvimento da criança; Curso Básico sobre a abordagem da integração sensorial. Como resultado, foram capacitados 60 docentes. Ademais, foram concedidos 62 Selos de Acessibilidade Digital (acesibilidade total em página de entrada de website) e implantados 69 sites com avatar de LIBRAS, além da constante atualização do Guia de Serviços para Pessoa com Deficiência, que é uma ação de caráter permanente.

META 9

Articular as políticas para a primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável

ESTRATÉGIA 9.1

Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

ESTRATÉGIA 9.2

Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

ESTRATÉGIA 9.3

Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Elaborado e publicado em 2020, o projeto intersetorial de elaboração do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância buscou integrar os serviços, programas e benefícios voltados à primeira infância ofertados por SMS, SME e SMADS, inclusive aqueles de combate à pobreza, com o intuito de contribuir para a redução da vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias. Entretanto, faz-se necessário qualificar as outras ofertas de serviços da PMSP que podem ser integradas ao protocolo para a efetivação do acesso dessa população a todos os serviços e benefícios a que tem direito.

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Integração dos programas de combate à pobreza aos instrumentos do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância (Jornada Básica e Integração para Acesso)”, “Integração dos programas de habitação aos instrumentos do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância (Jornada Básica e Integração para Acesso)” e “Integração dos programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos instrumentos do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância (Jornada Básica e Integração para Acesso)”, cuja conclusão está prevista para 2021, 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, já com o processo de implementação do protocolo integrado iniciado, foram identificados os programas com viabilidade de integração para articulação, a partir de 2022, com as secretarias responsáveis pela sua oferta.

EIXO IV:

**Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição
a gestantes e crianças na primeira infância**



EIXO IV:

Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

Estratégias em andamento: 80%

Embora este tenha sido o eixo mais afetado pela situação epidemiológica da pandemia da covid-19, a PMSP avançou na realização de ações como: a qualificação do processo de registro e monitoramento da vacinação de crianças na primeira infância; o aprimoramento do processo de monitoramento do estado nutricional de gestantes e crianças na primeira infância; o incentivo ao aleitamento materno, com destaque para a expansão de unidades CEI Amigo do Peito, e à alimentação saudável; a captação precoce de gestantes com sífilis no pré-natal e garantia do tratamento adequado; capacitação de profissionais e disponibilização de métodos contraceptivos de longa duração, inclusive para adolescentes; além de estratégias voltadas à captação precoce de mulheres para o pré-natal. Além disso, já é possível observar avanços em indicadores relevantes, como a redução da mortalidade infantil, que atingiu a marca de 10,3/1000 nascidos vivos, em 2021, e a redução do percentual de nascidos vivos de adolescentes grávidas (gravidez na adolescência), que chegou a 8,5%. Os desafios enfrentados guardam relação direta com a situação epidemiológica da pandemia da covid-19 e a necessidade do distanciamento social. Destacam-se a dificuldade para ampliação das taxas de cobertura vacinal em crianças de 0 a 6 anos, as consequências do aumento da insegurança alimentar entre as famílias mais vulneráveis e crescimento exponencial de situações de estresse e sofrimento mental.

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.1

Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas de caráter permanente, que devem ocorrer por todo o período até 2024: “Realização de treinamentos com responsáveis das salas de vacina para multiplicação dos conteúdos”, “Realização de visitas nas salas de vacina para intensificação das orientações sobre a importância do registro adequado e em tempo real” e “Realização de fechamento periódico – conferência do número de doses aplicadas registradas x número de doses aplicadas no SIGA – sinalizando as divergências para correções.”

Em 2021, foram realizadas melhorias no módulo SIGA VACINA, qualificando os dados obtidos pelas unidades de saúde, sobretudo com a criação de relatório de faltosos, o que possibilitou identificar crianças com atraso no esquema vacinal e tomar as devidas providências. Os treinamentos para profissionais atuarem em sala de vacina continua sendo realizado pelas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e as Unidades de Vigilância em Saúde (UVIS) continuam treinando as novas clínicas privadas para utilização do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI). Já para as clínicas privadas que utilizam sistema próprio, estamos intermediando o processo de interoperabilidade com o sistema do Ministério da Saúde. A importância dos registros em tempo real continua sendo acentuada em todas as reuniões do Programa Municipal de Imunizações (PMI) com os interlocutores de imunização das regiões. Os fechamentos dos dados de vacinação por UVIS e CRS continua

sendo realizado mensalmente, com algumas exceções impostas pela pandemia.

Em 2021, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, alcançamos coberturas acima da meta intermediária de 75%, conforme mostra-se a seguir:

Pentavalente (3º dose): 77,77% ,

Pneumocócica 10-valente (2 dose): 79,33%,

Poliomielite (3º dose): 77,99

Tríplice viral (1º dose): 83,24%

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.2

Ofertar a vacina nas salas de vacina das UBS.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa permanente “Disponibilização de todas as vacinas do calendário de vacinação nacional vigente nas salas de vacina de todas as UBS do município de São Paulo”.

Em 2021, todas as vacinas estiveram disponíveis nas salas de vacinas públicas do município de São Paulo. Ainda assim, a situação epidemiológica da pandemia da covid-19 representou o principal desafio para a vacinação nesse período, já que a necessidade do distanciamento social impediu as crianças de serem levadas às unidades para serem vacinadas.

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.3

Intensificar a cobertura nos bolsões de baixa cobertura vacinal.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de ações de vacinação extramuros, além das UBS (locais de fácil acesso e com fluxo amplo)”.

Em 2021, esta ação foi bastante prejudicada, dada a necessidade de vacinação em massa contra a covid-19 e pela necessidade do distanciamento social, em razão da situação epidemiológica, que impediu as crianças de serem levadas às unidades para serem vacinadas. No entanto, as vacinas para a infância estiveram disponíveis durante todo o período.

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.4

Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de ações de vacinação extramuros, além das UBS (locais de fácil acesso e com fluxo amplo)”.

Em 2021, esta ação foi bastante prejudicada, dada a necessidade de vacinação em massa contra a covid-19 e pela necessidade do distanciamento social, em razão da situação epidemiológica, que impediu as crianças de serem levadas às unidades para serem vacinadas. No entanto, as vacinas para a infância estiveram disponíveis durante todo o período.

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.5

Capacitar de forma permanente as equipes para o convencimento das famílias/cuidadores em relação à importância da vacinação.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de campanhas de mobilização e sensibilização para a importância da vacinação, junto a outras secretarias”.

Em 2021, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, treinamentos, fóruns e encontros com os profissionais da saúde não foram realizados.

Os investimentos e esforços da PMSP foram direcionados à campanha Vacina Sampa, com ações de comunicação de amplo alcance para incentivo à vacinação contra Covid-19, tanto em mobiliários urbanos da cidade, como nas redes sociais da PMSP, além da promoção da Virada Vacina Sampa

META 1

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

ESTRATÉGIA 1.6

Monitorar a caderneta de vacina de 100% das crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e vacinar nas escolas, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Monitoramento e solicitação da Declaração Vacinal Atualizada – Portaria Conjunta SME/SMS N° 001/2021 – no ato da matrícula nas unidades da RME” e a iniciativa “Implementação do e-saúde em todas as unidades da rede de educação”, cuja conclusão está prevista para 2024.

A Portaria Conjunta SME/SMS foi amplamente divulgada e, em 2021, foram realizados encontros formativos com os interlocutores do Programa Saúde na Escola (PSE) das Divisões dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral das DRE e os profissionais da Saúde no território para orientar sobre a Portaria e fortalecer as ações de monitoramento da situação vacinal dos estudantes. A DVA facilitou o monitoramento da situação vacinal dos estudantes, agilizando o fluxo de comunicação entre os equipamentos de saúde e educação, uniformizando o modelo de certificado e definindo a atuação de cada equipamento nesse processo.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.1

Promover o engajamento do setor privado na garantia do aleitamento mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas à estratégia 4.5 (Eixo II - Meta 4). Dessa forma, a possível implementação de uma subcategoria de primeira infância no Selo de Direitos Humanos, em 2022, visa incentivar a adoção de boas práticas pelo setor privado, como o incentivo ao aleitamento materno mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.2

Ampliar a disponibilização de salas de apoio à amamentação nos equipamentos públicos

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Realização de ação de comunicação interna voltada para o apoio à amamentação em equipamentos públicos, com divulgação de salas existentes” e “Criação/adequação de salas de apoio à amamentação em equipamentos públicos da PMSP desprovidos desse espaço”, cuja conclusão está prevista para 2022 e 2024, respectivamente. Tais iniciativas, pensadas em articulação com a Secretaria Municipal de Gestão, prevêem a expansão para o conjunto de equipamentos da cidade da ação exitosa Selo “CEI Amigo do Peito”, projeto que fomenta a instalação de salas de apoio à amamentação nos equipamentos.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.3

Fortalecer o programa de aleitamento materno nos Centros de Educação Infantil (CEI).

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Expansão do selo “CEI Amigo do Peito” para 50% das unidades de Educação Infantil - CEI”, em 2022 e 100% em 2024.

Durante o período de isolamento social decorrente da pandemia, foram desenvolvidas ações para abordar a temática da proteção e apoio ao aleitamento materno nos CEI de forma híbrida. Em 2021, a SME reconheceu 643 CEI que estimulam e oferecem condições para que as mães dos estudantes continuem amamentando, representando 25% dos CEI da rede municipal. A campanha tem caráter educativo e de comunicação e reconhece com o selo as unidades comprometidas com a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. A cerimônia de entrega do selo em 2021 foi feita em um evento virtual, disponível em vídeo no Canal da SME no Youtube.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.4

Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Realização do monitoramento nutricional de crianças e gestantes: acompanhamento longitudinal dos indicadores de crescimento e desenvolvimento de crianças e gestantes atendidas na Atenção Básica, por meio do SISVAN” e “Realização de busca ativa de crianças em risco nutricional pelas equipes de saúde da Atenção Básica, por meio da curva de crescimento apontada na caderneta da criança, prioritariamente, nos 15 distritos de maior vulnerabilidade do Município de São Paulo”.

Em 2021, foram realizadas: a qualificação da informação; a inserção de bloqueios na digitação dos dados antropométricos no sistema de informação; a produção do relatório técnico do SISVAN; a sensibilização das áreas técnicas da Atenção básica e Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) envolvidas na temática; a organização do “Encontro SISVAN” com áreas da COVISA, Atenção Básica e planejamento; a realização de quatro reuniões entre SISVAN, Ministério da Saúde e o Laboratório de Avaliação Nutricional de Populações da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); uma reunião com equipe do E-SUS e DTIC; e o planejamento dos mapas de vulnerabilidade nutricional.

Segundo as diretrizes da área técnica de saúde da criança, durante as consultas de pré-natal e os grupos educativos de pré-natal, por ocasião da alta da maternidade, nas consultas de puericultura e puerpério,

nos grupos educativos de aleitamento materno e nas visitas domiciliarees é realizado o incentivo e o apoio ao aleitamento materno.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.5

Garantir alimentação saudável em creche, pré-escola e outros equipamentos públicos que atendem crianças na primeira infância e ampliar o acesso à alimentação saudável para crianças em situação de vulnerabilidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se duas iniciativas previstas até 2022 - “Manutenção do cartão alimentação para 100% das crianças no ano de 2021, mesmo com o retorno das aulas presenciais” e “Ampliação em 50% do número de escolas com o Projeto Hortas Saudáveis” - e oito previstas até 2024: “Oferta de cursos relacionados à alimentação saudável”, “Desenvolvimento de metodologias para envolvimento da comunidade na implantação e manutenção de hortas comunitárias”, “Difusão de técnicas para implantação e manejo de: composteira, horta convencional, horta de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), canteiro de ervas aromáticas”, “Realização de ações para incentivar o aproveitamento integral de alimento”, “Difusão de técnicas de controle fitossanitário agroecológico”, “Produção de conteúdos pedagógicos ambientais”, “Disponibilização de videoaulas e documentários diversos relacionados à temática Ambiente e Saúde.” e “Publicação de orientação pedagógica de agroecologia para escolas, UBS e associações”.

O cartão alimentação foi concedido às crianças matriculadas da RME até dezembro de 2021, mesmo com o retorno às aulas.

No primeiro semestre de 2021, a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) da SME realizou ações de incentivo para a retomada dos projetos de hortas que foram interrompidos devido à pandemia da COVID-19 e trabalhou na divulgação da plataforma Sampa+Rural, desenvolvida pela SMUL. A plataforma identifica os lo-

cais ligados à agricultura, ao rural, à alimentação saudável e à proteção ambiental na cidade de São Paulo. Além disso, em parceria com o Viveiro Manequinho Lopes, foram distribuídas aproximadamente 1000 mudas de ervas aromáticas e PANC às unidades educacionais da Rede Municipal de Educação. Também foram realizados 2 encontros on-line de hortas para diretores, assistentes de direção, educadores, coordenadores pedagógicos e equipe de apoio um Aulão de Horta e Permacultura. Além disso, foram enviados boletins temáticos para a Rede Municipal de Educação, atualizamos os materiais de horta e sustentabilidade no site da SME/CODAE (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/programa-de-alimentacao-escolar/recursos-educativos/hortas-escolares/>) e foi criado grupo de whatsapp e mural do padlet como incentivo para compartilhamento e troca das experiências das escolas.

De forma permanente, a Escola de Agroecologia de Parelheiros desenvolve as oficinas “Cardápio da horta” que apresentam as possibilidades gastronômicas a partir da culinária saudável, com PANC, aproveitamento integral de alimentos e recursos disponíveis na Horta Pedagógica (uma das vitrines demonstrativas). Os participantes participam desde a colheita, preparo até a degustação dos alimentos; há também a oficina “Alimentação Viva”, sobre o consumo de sementes germinadas e alimentos crus, compreendendo a importância, benefícios e receitas. A Escola Municipal de Jardinagem oferece ao público em geral cursos sobre hortas agroecológicas e cultivo de plantas em geral, e participa de projetos específicos para os profissionais do Projeto Ambientes Verdes Saudáveis (PAVS), SMS e das escolas municipais (Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Fitoterapia, Escolas Sustentáveis). A Escola de Agroecologia de Parelheiros também realiza a Palestra “Escolas Agroecológicas” compartilhando as técnicas das Vitrines Agroecológicas que podem ser implantadas nas unidades escolares, incentivando

a criação de hortas escolares. A Escola Municipal de Jardinagem produz publicações sobre Jardinagem e Conservação Ambiental destinadas aos multiplicadores, profissionais que atuam com as crianças, e ao público em geral.

Em 2021, a UMAPAZ produziu 160 materiais pedagógicos de Educação Ambiental disponibilizados nas redes sociais entre pequenos vídeos, cartilhas, artigos e podcasts. Além disso, foram produzidos 153 vídeos entre lives, cursos, vídeos educativos, vídeos de produção artística, palestras, oficinas de como realizar determinadas atividades relacionadas à educação ambiental e sustentabilidade. Também é possível citar a criação de um canal de comunicação com instituições que buscam conhecimentos para implantação de técnicas agroecológicas. “Fale com a EAP” é uma série de 9 vídeos que ensinam sobre construção de técnicas sustentáveis para aproveitamento de água de chuva, irrigação sem gasto de energia, armazenamento e tratamento de água de pias e chuveiros ecológicos, compostagem em pequenos espaços, aproveitamento de resíduos orgânicos domésticos. Técnicas, essas, construídas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, por meio de vitrine demonstrativa de técnicas sustentáveis para que seja uma inspiração para agricultores e moradores locais adotarem técnicas mais sustentáveis em suas propriedades e casas, conforme a realidade e necessidade de cada munícipe.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.6

Sensibilizar a sociedade para a promoção da alimentação saudável.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se duas iniciativas previstas para 2022, “Promoção de conteúdos e campanhas de alimentação saudável para serem divulgados nas mídias online e offline” e “Realização de formações de culinária saudável para pais, educadores e cuidadores”, e uma iniciativa prevista para 2024, “Fomento à realização de oficinas, grupos e/ou ações de Educação Alimentar e Nutricional nas UBS”.

Em 2021, foi realizada a oficina “Educação Nutricional na primeira infância” durante a IV Semana Municipal da Primeira Infância. O evento foi destinado a pais, educadores e cuidadores e ocorreu de forma online, sendo transmitido no Canal da Primeira Infância PMSP no Youtube. O vídeo obteve 558 visualizações, o que indica um público de mais de 500 pessoas.

Além disso, foram realizadas 35 lives e podcasts sobre o tema alimentação saudável pela SMS.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.7

Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Aquisição de materiais para Educação Alimentar e Nutricional nas UBS”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, a área técnica de saúde nutricional iniciou o processo de impressão dos guias alimentares de adultos e crianças. Já as capacitações foram realizadas com 40% das equipes dos serviços.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.8

Proibir a abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável nos equipamentos públicos.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Entende-se que esta estratégia envolve ações de (co) responsabilidade da sociedade civil, iniciativa privada ou poder legislativo, que não foram objeto da construção do Plano de Ação 2021-2024, mas que são acompanhadas no âmbito da Comissão de Avaliação.

No que cabe ao Poder Executivo, tem-se o devido cuidado de observar as normas técnicas e orientações para alimentação oferecida diretamente nos serviços. Além disso, são oferecidas orientações constantes para os equipamentos quanto à qualidade da alimentação oferecida e a importância da alimentação saudável, como por exemplo o Manual Prático de Alimentação Saudável de SMADS e a Orientação Normativa de Educação Alimentar e Nutricional para educação infantil, ainda que não haja uma ação específica voltada para a proibição da abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.9

Monitorar o crescimento e desenvolvimento de 90% das crianças abaixo da linha da pobreza.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo IV - Meta 2 - Estratégia 2.4, cuja iniciativa diz respeito à realização do monitoramento nutricional de crianças e gestantes por meio do acompanhamento longitudinal dos indicadores de crescimento e desenvolvimento de crianças e gestantes atendidas na Atenção Básica, por meio do SISVAN.

META 2

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância

ESTRATÉGIA 2.10

Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar para identificação das vulnerabilidades: abrangência de 80% de crianças de 0 a 5 anos para marcadores antropométricos e 85% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 2 anos, dessa população.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Realização de capacitação dos profissionais da Atenção Básica para a correta aferição e inserção das medidas antropométricas de crianças adultos no sistema de informação da Prefeitura”, “Realização de sensibilização dos profissionais de saúde da Atenção Básica para preenchimento dos marcadores de consumo alimentar no sistema de informação da Prefeitura”, “Realização de sensibilização das equipes da saúde da Atenção Básica para enfrentamento da situação nutricional de escolares, em conjunto com SME e PSE” e “Aquisição de equipamentos utilizados para avaliação nutricional nas UBS”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, a área técnica de saúde nutricional de SMS iniciou o processo de capacitação dos profissionais da Atenção Básica para a correta aferição e inserção das medidas antropométricas de crianças e adultos no sistema de informação da Prefeitura, junto a EMASP, e também realizou a compra de 479 balanças com capacidade acima de 200 kg.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.1

Aumentar em 100% a disponibilidade anual de métodos contraceptivos de longa duração, principalmente às mulheres em situação de alta vulnerabilidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, foram inseridos 9.176 Dispositivos Intrauterinos (DIU) em nível ambulatorial, 4.065 DIU nas maternidades e 4.147 implantes subdérmicos em nível ambulatorial, o que representa um aumento de 130% da disponibilidade anual de métodos contraceptivos de longa duração. Além disso, foram treinados para implante (teórico) 300 médicos em 174 unidades e, para inserção de DIU de Levonorgestrel, 31 médicos, contemplando 97 municípios num total de 73 unidades. Além disso, foram compradas 12.319 unidades de implante e 1.400 unidades de DIU de Levonorgestrel.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.2

Apoiar iniciativas de educação entre pares de lideranças locais

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de treinamento em métodos contraceptivos com ênfase nos métodos de longa ação para professores da RME por meio do PSE”, cuja conclusão está prevista para 2022.

Em 2021, foi disponibilizado curso EAD sobre métodos contraceptivos para todos os profissionais de SMS, o que gerou aumento da sensibilização e efetiva oferta dos métodos contraceptivos de longa duração para o público feminino adolescente e em vulnerabilidade.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.3

Realizar busca ativa que garanta a captação precoce (até a 12^o semana) das gestantes para iniciar o pré-natal.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de busca ativa por meio de visita domiciliar das gestantes que não estão cadastradas no pré-natal e também captação da mulher com teste de gravidez positivo para o pré-natal”.

Em 2021, ocorreram 136.767 nascimentos no município de São Paulo, desses 120.454 foram partos cujas mães iniciaram o pré natal entre o 1^o e o 3^o mês de gestação, o que corresponde a 88%. Observou-se aumento da porcentagem de nascidos vivos de mãe que iniciaram o pré natal nos primeiros meses em relação a 2020, que foi de 86,6%.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.4

Realizar sete ou mais consultas de pré-natal para 90% das gestantes.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de busca ativa por meio de visita domiciliar das gestantes faltosas nas consultas de pré-natal nos 15 distritos prioritários”.

Do número total de gestantes que realizaram o pré-natal em 2020, 82,4% realizaram 7 ou mais consultas no Município de São Paulo, e, em 2021, foi de 83,5%. Assim, permanece o desafio de aumentar esse percentual para atingir a meta de 90%.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.5

Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.6

Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de agendamento e monitoramento da consulta de puerpério por apoiadoras presentes e atuantes em 32 maternidades da rede SUS”.

Em 2021, ocorreu a adaptação da agenda do SIGA Saúde para manter o número estabelecido de oferta de vagas para a 1º consulta de puerpério e intensificação do trabalho do Programa Rede Municipal de Atenção Materno Infantil (REMAMI) com a Área Técnica de Saúde da Mulher da SMS, Coordenadorias de Saúde e Supervisões Técnicas de Saúde (STS) para manter os agendamentos estabelecidos das primeiras consultas de puerpério. Considerando o total de primeiras consultas de puerpério agendadas em 2020 (81.238), a porcentagem média dos agendamentos pelas apoiadoras do REMAMI foi de 83%. Em 2021, foram 79.218 consultas agendadas.

META 3

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

ESTRATÉGIA 3.7

Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de reuniões técnicas envolvendo os profissionais responsáveis pelo atendimento do pré-natal com discussões de casos e fortalecimentos dos protocolos e diretrizes da SMS”.

Em 2021 foram realizados 91 encontros virtuais envolvendo assessores de Saúde da Mulher da SMS (gabinete da SMS, coordenadorias, supervisões e UBS) e reuniões periódicas com a Comissão de Mulheres (controle social). Os temas abordados em 2021 foram: Enfrentamento da Sífilis Congênita, Hepatites Virais, Contracepção em mulheres portadoras de Epilepsia. Ocorreram também reuniões especiais com os ambulatórios de pré-natal de alto risco da CRS Sul para atualização de protocolos; discussões de casos de mortalidade materna com hospitais e unidades de saúde sob coordenação do Comitê de Mortalidade Materna. Foi iniciada a implantação, na plataforma e-saúde sp, do prontuário eletrônico de pré-natal, denominado Mãe Paulistana Digital. Também foi implementada a Central Telefônica Mãe Paulistana digital com monitoramento de gestantes de risco.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

Desde 2018, tem-se observado uma redução progressiva no percentual de nascidos vivos de mães adolescentes, de forma que a meta foi alcançada. Em 2021, foi atingida a marca de 8,5%. Ao se comparar com o dado referente ao ano de 2017, de 11,4%, houve uma redução de três pontos percentuais.

ESTRATÉGIA 4.1

Apoiar iniciativas de educação entre pares na adolescência.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização do acompanhamento de adolescentes grávidas visando prevenção da evasão escolar”. Ao longo de 2021, as equipes multidisciplinares do NAAPA acompanharam as UE no apoio educacional a 77 estudantes gestantes da RME visando a manutenção e fortalecimento do vínculo escolar.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.2

Promover formação continuada para a rede de proteção, com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10, Eixo I - Meta 3 - Estratégia 3.1 e Eixo III - Meta 7 - Estratégia 7.2. Dessa forma, as iniciativas ali descritas trazem avanços específicos em relação à formação da rede de proteção, incluindo conselheiros tutelares.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.3

Discutir e articular as estratégias de intervenção de forma integrada promovendo as “habilidades para a vida” na rede de proteção do território com base em diagnóstico situacional de atenção ao adolescente.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo I - Meta 1 - Estratégia 1.10 e Eixo IV - Meta 4 - Estratégia 4.5.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.4

Atender a 100% da demanda por métodos contraceptivos de longa duração para adolescentes, principalmente em situação de alta vulnerabilidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se duas iniciativas: “Disponibilização de 2 mil implantes subdérmicos por ano”, de caráter permanente, e “Aumento de 25% a cada ano da inserção de DIU de cobre nas APS e hospitais”, com conclusão prevista para 2022.

Em 2021, foram realizadas capacitações virtuais do implante subdérmico de etonogestrel e DIU de levonorgestrel para os profissionais da rede focando nas adolescentes vulneráveis e ampliado o número de UBS que inserem estes contraceptivos. Além disso, foram inseridos 4.147 implantes subdérmicos a nível ambulatorial (2.147 a mais do que o previsto), 9.146 DIU a nível ambulatorial, 4.065 DIU nas maternidades, totalizando um aumento de 111% em relação ao ano anterior.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.5

Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no programa Saúde na Escola.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa “Realização de ações sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos no âmbito do PSE”, cuja conclusão está prevista para 2022. Orientações sobre os direitos sexuais e reprodutivos são parte dos 12 temas prioritários do PSE. Dentre os 12 temas prioritários do PSE, para os quais são planejadas e executadas, anualmente, ações conjuntas, de acordo com a demanda de cada território, estão: prevenção das violências e dos acidentes; prevenção de DSTs/AIDS e orientação sobre direitos sexuais e reprodutivos; e promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Em 2021, no entanto, devido à pandemia, as atividades coletivas no âmbito do PSE permaneceram suspensas.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.6

Abordar de forma adequada o adolescente para acesso à atenção básica.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Apesar de não terem sido realizadas capacitações das equipes da APS em 2021, foram realizadas reuniões sistemáticas com as interlocuções de Saúde da Criança e do Adolescente das 06 CRS e das 27 STS para captar o adolescente para a APS, aumentando o seu acesso aos programas de saúde, o que pode ter contribuído para a diminuição da taxa de gravidez na adolescência.

META 4

Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ESTRATÉGIA 4.7

Aumentar a disponibilização de preservativos em espaços públicos e particulares (centros educacionais, culturais e esportivos).

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas de caráter permanente “Distribuição de preservativos nos equipamentos públicos, aumentando a sua disponibilização.” e “Disponibilização de preservativos nos eventos esportivos da cidade”. Em 2021, a iniciativa foi comprometida pela pandemia e o fechamento temporário desses espaços.

META 5

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 5.1

Capacitar as equipes de saúde e implementar protocolo para atendimento humanizado no parto.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização de capacitação dos profissionais integrantes das maternidades municipais do Programa “Parto Seguro””. Em 2021, apesar de não ofertadas capacitações específicas, outras ações de caráter formativo - encontros, visitas e reuniões técnicas para discussão de casos - foram realizadas junto às equipes das maternidades conforme indicado na estratégia 5.4 (Eixo IV, Meta 5).

META 5

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 5.2

Aumentar a proporção de partos normais para 65% dos partos na cidade.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

A proporção de partos vaginais na cidade de São Paulo (rede pública e particular), em 2021, foi de 49,4%, já na rede SUS foi de 62,9%, ligeiramente inferior a 2020 (63,5%). Permanece o desafio de aumentar a proporção de partos normais para atingir a meta de 65% na cidade.

META 5

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 5.3

Garantir o direito de acompanhante em todos os partos em maternidades públicas e privadas, se a mulher assim o desejar.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Monitoramento dos processos de trabalho assegurando a presença de um acompanhante nas maternidades municipais integrantes do Programa “Parto Seguro””.

Em 2021, 20.379 acompanhantes estiveram presentes durante a internação das pacientes em trabalho de parto, o que significa que 91% dos partos realizados tiveram a presença de acompanhante.

META 5

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 5.4

Aumentar o número de casas de parto na cidade acopladas às maternidades.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Aumento de, pelo menos, uma casa de parto acoplada às maternidades municipais”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 2021, optou-se pelo incremento das ações nas casas de parto já instaladas.

Sapopemba: reforma da casa de parto, elaboração de panfleto informativo para distribuição para todas as UBS do território, inserção da vacina BCG para todos os recém-nascidos. Iniciou-se rastreamento de busca ativa de gestantes cadastradas no sistema BI Mãe paulistana. Realizaram contato telefônico explicando à munícipe como funciona a casa e convite para uma consulta de avaliação. Foram realizadas também rodas de conversa com os ACS explicando os critérios para encaminhar as gestantes (UBS Vila Ema). Grupos de gestantes Online.

Casa Ângela: aproximação com rede de Atenção Básica por meio de 3 visitas técnicas, participação em reuniões de equipe da UBS Chácara Santana, Jardim Capela, Paraisópolis e Campo Limpo. Visita Domiciliar a gestantes da comunidade Monte Azul e entrega de Kits de higiene. Roda de Conscientização sobre Humanização do parto com ACS da UBS Chácara Santana. Visita domiciliar a gestantes em situação de vulnerabilidade social (34 visitas). Realização de 15 grupos de gestantes virtuais. Melhoria no processo de referência e contrarreferência em todos os ambulatórios e UBS

do entorno. Parceria entre a Casa Ângela e a Faculdade de Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para tratamento individualizado aos pacientes que apresentaram essa demanda.

META 5

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 5.5

Garantir a previsibilidade de vaga em maternidade previamente definida pela grade de parto.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Monitoramento da efetividade da grade de parto das maternidades SUS”.

Em 2021, a efetividade da grade de parto no Município de São Paulo ocorreu da seguinte forma: na CRS Leste, 80,24% das parturientes residentes tiveram seus partos em maternidade da coordenadoria de sua residência e esse percentual nas demais CRS foi 66% (Centro); 88,7% (Norte); 83% (Oeste); 75,2% (Sudeste); e 75,2% (Sul).

META 6

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 6.1

Otimizar as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos territórios para o cuidado em saúde conforme o perfil de cada população.

ESTRATÉGIA 6.2

Desenvolver as ações na atenção básica com equidade e singularidade regionais.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Orientado pelo respeito às necessidades, diversidades e especificidades de cada cidadão ou grupo social, o princípio da equidade inclui o reconhecimento de determinantes sociais, como as diferentes condições de vida, que envolvem habitação, trabalho, renda, acesso à educação, lazer, entre outros que impactam diretamente na saúde. Em 2021, a PMSP desenvolveu políticas para fortalecer esses direitos, tais como: saúde da população em situação de violência, saúde da população negra, saúde da população em situação de rua, atenção à saúde da população Lésbica Gay Bissexual e Transgênera (LGBT), MSE, dentre outras.

A política de saúde da população negra trabalha para a qualificação das informações, por meio de sensibilizações, capacitações e materiais de divulgação para os profissionais das unidades de Saúde sobre o correto preenchimento das ferramentas como a Ficha de Cadastro Individual e-SUS AB, o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), Formulário de Cadastro do Cartão SUS, dentre outras. Esses dados permitem que se construa o perfil epidemiológico da população atendida na rede pública para formulação de políticas que contemplem as diferenças de atendimento na população de acordo com o recorte racial.

Em relação à saúde da população em situação de rua, as equipes de Consultório na Rua desenvolvem e participam de diversas atividades nos territórios, a depender das necessidades e características locais, como:

visitas compartilhadas nas ruas, praças e viadutos entre equipe de saúde e de SEAS - Trabalho em Rede; Chá de Bebê para mulheres em situação de rua – atividade para fortalecer os laços entre mãe e bebê, favorecendo o processo de maternar, recuperar e discutir a autoestima das gestantes em situação de rua, registrar fotograficamente o estar gestante e oportunizar encontros significativos entre as mulheres em situação de rua; Prevenção de Mil Dias – encontros de rede para captação precoce de gestantes em situação de rua, estímulo ao pré-natal, discussão sobre direito de ter e ser mãe e estímulo ao aleitamento materno; grupo de trabalho sobre o direito das mulheres gestantes em situação de rua – encontros da rede intersetorial na SMS, com a presença da Defensoria Pública do Estado, SMDHC, SMADS, maternidades do município, CRS, entre outros, para discutir o direito à maternidade das mulheres em situação de rua e fluxos locais para esta garantia; oferta de testagem rápida para exames de HIV, sífilis e hepatites às pessoas em situação de rua, a fim de possibilitar diagnóstico e tratamento precoce e diminuir transmissão das doenças, complicações de casos e óbitos precoces.

Já a política de atenção à saúde da população LGBT sugere promover políticas públicas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pessoas não binárias, intersexo, assexuais, prezando pela universalidade do acesso e a equidade da oferta de ações e serviços de saúde nos campos da atenção à saúde integral, de promoção e vigilância em saúde, da educação permanente e educação popular, da informação e da pesquisa, no âmbito do SUS. Em 2021, foi instituído o Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT, realizada a construção de seu regime interno, além de protocolos e capacitações para os profissionais da rede.

Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde contempla a população indígena com unidades básicas de

saúde dentro das aldeias e com profissionais qualificados para respeitar a cultura indígena.

Por fim, tem-se o SMSE-MA. Em 2021, a Comissão Gestora Intersetorial do Sistema Municipal De Atendimento Socioeducativo da Cidade de São Paulo articulou para que os jovens fossem recebidos nos diversos equipamentos com maior agilidade.

META 6

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 6.3

Monitorar o fornecimento de medicamentos elencados na Rede Municipal de Medicamentos.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, para a estratégia 6.3 definiu-se a iniciativa “Monitoramento do fornecimento de medicamentos elencados na Rede Municipal de Medicamentos em 90% dos equipamentos das Unidades de Saúde Municipais”, cuja conclusão está prevista para 2024. Em 2021, o monitoramento revelou 90% dos medicamentos relacionados na REMUME - Relação Municipal de Medicamentos presentes nas unidades básicas do município.

META 6

Aumentar a prevalência de partos humanizados

ESTRATÉGIA 6.4

Ajustar as condições de oferta de exames à demanda segundo os protocolos de acesso

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 , definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Monitoramento da oferta de exames elencados nos protocolos oficiais da SMS”. Em 2021, os exames foram realizados conforme demanda, observando os protocolos oficiais vigentes.

META 7

Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos.

Em 2021, foram registrados 1.025 casos de sífilis congênita e o número de nascidos vivos no município foi de 136.767, totalizando 7,49 casos para cada mil nascidos vivos. Dessa forma, foi atingida a meta intermediária prevista para 2022, que previa um número de novos casos de sífilis congênita em menores de 1 ano abaixo de 1.150 casos por ano.

ESTRATÉGIA 7.1

Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12^o semana de gestação).

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Oferta de teste rápido para sífilis no momento do diagnóstico de gravidez positivo”.

Os indicadores de acompanhamento dos processos e fluxos de trabalho na assistência à gestante são a captação da gestante até o 3^o mês de gestação e a realização de 7 consultas ou mais. O teste rápido de sífilis é uma estratégia importante, sendo oferecido logo após o diagnóstico de gravidez (cadastro da gestante) e no caso de positividade estas gestantes já iniciam o tratamento. Quando do fechamento deste relatório, a produção dos dados, pela Coordenação de Epidemiologia e Informação da SMS, referentes a 2021 ainda estava em andamento. Em 2021, foram realizados 122.778 testes rápidos em gestantes e a porcentagem de gestantes captadas até 3^o mês de gestação foi de 86,6%, um aumento de 0,4% em relação a 2020.

META 7

Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos.

ESTRATÉGIA 7.2

Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Monitoramento do tratamento adequado e oportuno das gestantes com sífilis por meio do sistema “Monitora TV””.

Em 2021, foi realizada capacitação virtual para médicos e enfermeiras através da plataforma virtual ECHO em pelo menos 20 dias diferentes no decorrer de 2021, para uma média de 6400 profissionais discutindo o protocolo de sífilis e casos clínicos. Foi também realizado o fortalecimento e adequação do monitoramento de gestantes e crianças por meio da ferramenta online “Monitora TV”, onde os dados da gestante com sífilis e de recém nascidos com sífilis congênita ou expostos à sífilis são acompanhados. Uma avaliação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em relação ao tratamento adequado da gestante com sífilis foi estimada em 95%, considerando o tratamento com Penicilina Benzatina (esquema de acordo com a fase clínica). Foram publicados o Protocolo de Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e o Plano Municipal de Enfrentamento da Sífilis Congênita, cujo objetivo geral é de reduzir em 5% ao ano o Coeficiente de Incidência da Sífilis Congênita no Município de São Paulo.

META 7

Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos.

ESTRATÉGIA 7.3

Garantir teste rápido para sífilis em todas as UBSs.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo IV - Meta 7 - Estratégia 7.1 e 7.4, uma vez que todas as unidades básicas de saúde já oferecem teste rápido para sífilis.

META 7

Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos.

ESTRATÉGIA 7.4

Garantir a realização do teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa de caráter permanente “Realização da testagem para sífilis em 100% das gestantes cadastradas no pré-natal da rede municipal de saúde”.

Em 2021, foram garantidos testes rápidos para todas as gestantes que fizeram o pré-natal no SUS.

META 8

Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias

ESTRATÉGIA 8.1

Fortalecer a rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Em 2021, em função da pandemia, os fóruns de saúde mental, ações de matriciamento e reuniões de rede para discussões de caso permaneceram por meios virtuais. Os encontros presenciais estavam suspensos na maior parte do período e, quando ocorreram, havia limite de número de participantes e observância dos protocolos sanitários vigentes. Muitas ações de matriciamento foram realizadas por telematriciamento.

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Elaboração e publicação de protocolo integrado (fluxo de alerta intersetorial integrado ao Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância) relacionado ao sofrimento mental”, cuja conclusão está prevista para 2024. Este Fluxo de Alerta irá compor o Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância e orientar a atuação integrada dos serviços para detecção e atenção às gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental.

META 8

Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias

ESTRATÉGIA 8.2

Articular as ações e os equipamentos de saúde mental na rede do território: UBS, NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), CAPS IJ (Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil), Adulto e Álcool e Drogas.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiram-se as iniciativas “Realização de ação de matriciamento e reuniões mensais nos distritos prioritários para primeira infância” e “Implantação de 6 novos CAPS”, cuja conclusão está prevista para 2024.

Em 2021, ampliou-se o número de registros de matriciamento (processo de construção compartilhada) entre os equipamentos de saúde mental e as UBS, discussões do tema com os interlocutores de saúde mental regionais em reuniões mensais, fomento à discussão do tema nos fóruns de saúde mental realizados nas STS e nas reuniões de equipe dos CAPS.

Ademais, foi ampliada a integração com a atenção básica. A ação foi realizada a partir da incorporação da área técnica de saúde mental na coordenação da atenção básica possibilitando plena integração. Dos 6 novos CAPS previstos para 2024, foi implantado o novo CAPS AD II Cidade Ademar em 2021.

META 8

Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias

ESTRATÉGIA 8.3

Realizar vigilância das gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental por meio de visitas domiciliares e consultas mais frequentes.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo IV - Meta 8 - Estratégia 8.2.

Em 2021, foi realizada uma reunião mensal de matriciamento por CRS para sistematizar as discussões de casos referentes ao sofrimento mental e à realização de encaminhamentos necessários para os serviços especializados. Além disso, foi realizada a sensibilização das equipes com relação à detecção do sofrimento mental nas visitas domiciliares e consultas de pré-natal e puericultura.

META 9

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 9.1

Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 definiram-se as iniciativas “Realização de levantamento epidemiológico com foco no risco da doença cárie e no risco para condição oclusal nas crianças até 6 anos, para definição da linha de base”, prevista para 2022, e “Realização de novo levantamento epidemiológico para avaliação do impacto das ações educativas realizadas com pais e responsáveis na condição de higiene e de saúde bucal das crianças dos territórios avaliados”, prevista para 2024.

A previsão de início do levantamento epidemiológico (primeira fase) é para 2022, seguindo modelo similar quanto à capacitação, calibração e coleta de dados do levantamento epidemiológico nacional SB Brasil, no qual o Município de São Paulo está participando.

META 9

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 9.2

Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMEIs e em grupos de pais e responsáveis.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 definiram-se as iniciativas “Realização de reuniões educativas com pais e responsáveis nas CEI e EMEI cadastradas no PSE dos territórios Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, “Distribuição de kits de higiene bucal aos participantes das reuniões educativas.” e “Realização de orientações para mães gestantes de crianças matriculadas em CEI e EMEI, abordando dieta não cariogênica, autocuidado com saúde bucal e a importância do aleitamento materno e dos cuidados com o bebê durante o puerpério”, previstas para 2024.

Em 2021, devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de saúde bucal no PSE e ações intersetoriais.

META 9

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 9.3

Promover ações interse-
toriais para discussão e
promoção da dieta não
cariogênica.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024 definiram-se as iniciativas “Realização de ações de capacitação sobre alimentos não cariogênicos para os profissionais de Saúde Bucal envolvidos no PSE dos territórios Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela” e “Promoção de ações educativas em conjunto à Saúde Nutricional sobre a dieta não cariogênica aos responsáveis pela merenda e educadores”, previstas para 2022 e 2024, respectivamente.

Em 2021, devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de saúde bucal no PSE e ações intersetoriais.

META 9

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 9.4

Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de ART nas UBS para as crianças das CEI e EMEI cadastradas do PSE dos territórios Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, previstas para 2024.

Em 2021, devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de saúde bucal no PSE e ações intersetoriais.

META 10

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 10.1

Garantir que todos os serviços que atendem à criança tenham suas instalações em cumprimento com as normas e requisitos de segurança existentes.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

Durante a elaboração do Plano de Ação 2021-2024 para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, notou-se que esta estratégia está materializada em ações prioritariamente relacionadas ao Eixo II - Meta 3 - Estratégia 3.2, Eixo II - Meta 5 - Estratégias 5.1/5.2/5.3/5.4, e Eixo II - Meta 6 - Estratégias 6.3/6.4/6.6, uma vez que o atendimento aos critérios de segurança nos equipamentos é um esforço constante.

META 10

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 10.2

Oferecer formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Realização de capacitações sobre prevenção de acidentes durante a gestação nos 15 territórios prioritários”, prevista para 2022.

Além disso, a prevenção de acidentes durante a gestação deve ser tema de atividade junto a mães e cuidadore(a)s no âmbito do programa integrado de orientação e apoio às famílias, iniciativa prevista para a nas estratégias 4.1 (Eixo II, Meta 4) e 1.4 (Eixo I, Meta 1).

META 10

Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%

ESTRATÉGIA 10.3

Realizar campanhas de conscientização para prevenção de acidentes na infância.

IMPLEMENTAÇÃO 2021

No Plano de Ação 2021-2024, definiu-se a iniciativa “Inclusão da temática da prevenção de acidentes nas ações de comunicação da PMSP e no programa integrado de orientação e apoio às famílias”, cuja conclusão está prevista para 2024.

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO



Balanço 2021

Relatório do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

RESOLUÇÃO PUBLICADA EM 2021 QUE VERSA SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

No ano de 2021 foi publicada uma resolução que abrange o público alvo da primeira infância, a Resolução N° 145/CMDCA-SP/2021 em 9 de junho de 2021, que dispõe sobre conteúdo para formação de Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo. Foi realizado um processo de escuta pelo CMDCA por meio da contribuição dos atores da rede de proteção de crianças e adolescentes, principalmente os(as) conselheiros(as) do município, onde foram levantados diversos conteúdos relevantes, e divididos através de eixos. É sabido que a pauta da primeira infância é transversal à temática de criança e adolescente, sendo assim, temas que surgiram na Resolução N 145/2021 como serviços de contrarreferência (SPVV), Princípios do ECA e crianças e adolescentes em situação de rua, por exemplo, acabam por abranger a primeira infância. Contudo, é indicada na Resolução, no Eixo “Conteúdos relacionados a conhecimentos de legislação”, o conteúdo “Políticas Públicas para a Primeira Infância: o Estatuto da Primeira Infância e a lei nº13.431/17 (sistema de garantia e proteção para a criança e adolescente vítima e testemunha de violência, a escuta especializada e o depoimento especial, seu espaço e delimitações)“, que versa especificamente sobre o público alvo. Considerando os instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a Resolução N° 145/2021 se



adequa ao Eixo III “Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância”, em sua meta 7.7 “Aprimorar o sistema de garantia de direitos” na estratégia 7.2 “Desenhar e implementar ações de qualificação dos conselhos tutelares”.

EDITAL ELABORADO EM 2021 QUE VERSA SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

Com relação à editais elaborados e publicados no ano de 2021 que abordam especificamente o público alvo, é indicado o Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/SP/2021, de seleção pública de projetos relativos aos direitos das crianças e adolescentes que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD). O Edital FUMCAD 2021 abrangeu a primeira infância em diretrizes prioritárias, sendo elas assistência e desenvolvimento social, cultura, direitos humanos, educação, esporte, pessoa com deficiência e saúde, indicando os territórios prioritários para execução ou para seleção de beneficiários de primeira infância nestes projetos, nos distritos de Grajaú, Capão Redondo, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Rafael, Jardim Ângela, Brasilândia, Lajeado, Iguatemi e Pedreira.

Para além disso, o público alvo foi abrangido em três diretrizes gerais do Edital, sendo eles:

- Cultura, em (2.1) projetos que visem o desenvolvimento pleno e integral do potencial de crianças de 0 a 6 anos, em período de primeira infância.
- Educação, em (5.1) projetos que visem o desenvolvimento pleno e integral do potencial de crianças de 0 a 6 anos, em período de primeira



infância.

- Pessoa com deficiência, em (7.1) Projetos que visem o desenvolvimento pleno e integral do potencial de crianças de 0 a 6 anos, em período de primeira infância.

Levando em conta o Plano Municipal Pela Primeira Infância, o Edital de Chamamento Público N° 001/CMDCA/SP/2021 está abrangido no Eixo 1 “Garantir as condições para a articulação intersectorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância” em sua meta 5 “Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância” na estratégia 5.1 “5.1 Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância”.

Para além disto, foram publicados Editais Temáticos de Chamamento Público 2021 do FUMCAD. São 4 temas, sendo um deles voltado à primeira infância, outros dois que podem atender, mas não com exclusividade, o público alvo da primeira infância e o último voltado exclusivamente à adolescentes. A respeito do edital voltado à primeira infância, ele é denominado “Atendimento psicossocial de bebês e crianças em fase de primeira infância com finalidade de retomada de vínculos com as atividades educacionais junto aos Centros de Educação Infantil (CEI) na cidade de São Paulo considerando os impactos psicossociais da Covid-19”. Já em relação aos editais que não são exclusivos ao público-alvo da primeira infância, mas que podem abarcar as crianças de 0 a 6 anos em São Paulo são: “Realização de Pesquisa sobre Evasão Escolar e sua conexão com a realidade do Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo” e “Gestão do Centro de Referência sobre Direitos das Crianças e Adolescentes voltado ao atendimento de crianças e adolescentes, e suas famílias, bem



como de demandas institucionais da rede de proteção de crianças e adolescentes existentes na cidade de São Paulo.” Por uma escolha metodológica, cabe enfatizar que o relato destes Editais foi feito no Balanço 2020, visto que apesar de publicados no Diário Oficial do Município em 08 de maio de 2021, foram elaborados no âmbito do CMDCA ao longo do ano de 2020.

PROJETOS PARCEIRIZADOS PELO FUMCAD EM 2021 QUE VERSAM SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

Para realizar o levantamento de informações referentes aos projetos do FUMCAD neste balanço, foi feita uma escolha metodológica distinta da realizada no balanço do ano de 2020. Isto porque, o documento referente à 2020 foi elaborado na perspectiva de analisar apenas os projetos em execução no ano, e neste Balanço o foco foi identificar projetos que foram parceirizados no ano de 2021, pois o objetivo é construir ao longo dos anos um instrumento de monitoramento e avaliação que possa identificar em que medida os projetos financiados pelo Fundo Municipal estão sendo formalizados e se possível, os executados.

A representação do CMDCA na Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal Pela Primeira Infância, junto com a Coordenação do Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância entendeu que haveria dois problemas ao analisar apenas os projetos executados: em primeiro lugar, para realizar a análise dos projetos no Balanço de 2020, a representação do Conselho filtrou os projetos da planilha de monitoramento do Departamento de Parcerias da Secretaria de



Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), selecionando apenas aqueles que continuaram tendo seus objetos executados durante a pandemia - uma parte significativa deles foram totalmente paralisados ou realizaram entregas de cestas básicas com o valor do projeto. Após essa seleção, foi realizada uma consulta manual através dos processos administrativos de cada projeto, contudo, como houve uma redução do número de projetos a serem analisados por conta da pandemia, foi viável realizar tal pesquisa. Contudo, para o ano de 2021, os projetos puderam ser executados sem interrupção, o que aumentou consideravelmente o número de informações a serem analisadas, tornando essa metodologia pouco viável no momento e replicável ao longo dos anos. Para além disso, foi identificado que analisar anualmente os projetos em execução poderia causar uma sobreposição de informações ao longo dos Balanços, visto que muitos projetos acabam sendo executados em dois anos diferentes, e seria inviável analisar anualmente qual informação estaria duplicada - ou seja, já foi analisada num Balanço anterior - e qual projeto seria uma nova análise. Sendo assim, concluiu-se que para fins de identificar, desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância através do FUMCAD, a informação mais relevante factível de ser coletada seria a dos projetos parceirizados no ano de 2021.

Considerando então tal escolha metodológica de identificar quais projetos foram parceirizados no ano de 2021 com a temática da primeira infância, apenas um projeto foi identificado. O projeto tem como objetivo promover a saúde ocular de crianças na primeira infância e se adequa ao Eixo Estratégico IV, meta 6 “Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos”, estratégia 6.4 “Ajustar as condições de oferta de exames à demanda segundo os protocolos de



acesso”.

Para que a escolha metodológica deste Balanço fique mais compreensível, é importante esclarecer quais são as etapas existentes a partir do momento da aptidão dos projetos em editais FUMCAD:

- **Projetos em captação:** há dois tipos de projetos aptos a serem financiados pelo FUMCAD, são eles os de classificação e os de captação. Para os projetos de classificação, assim que toda a documentação for aprovada, a OSC celebra a parceria e recebe o dinheiro do fundo para sua execução. No caso dos projetos de captação, a OSC tem até 02 anos para captar recursos necessários para a realização do projeto, porém se antes desse tempo a Organização captar mais de 55%, ela pode pedir para iniciar o projeto. Caso a OSC não consiga captar 100% do montante antes da data final de captação de recursos, se ela conseguir alcançar os 55%, a OSC adequa o projeto e pode pedir a parceirização. Os itens dos projetos que podem ser adequados são o tempo, beneficiários e quadro de RH, por exemplo. A OSC só não poderá alterar objetivos, metas e local de execução, para que não se descaracterize da proposta inicial. Todas essas alterações uma vez não captado 100% passam por deliberação do CMDCA para aprovação. O que ocorre em muitas das vezes é a parceria antes dos 2 anos se tiverem captados 100% do montante, para não correr o risco de perder o projeto.
- **Em fase de parceirização:** após a captação, ou a classificação do projeto, a OSC entrará em processo de parceirização, onde o Departamento de Parcerias da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania inicia os procedimentos para a formalização da parceria, nos termos da Portaria SMDHC N 121/2019. Esse processo pode levar até 6 meses.
- **Parceirizado/parceria formalizada:** é momento da assinatura do



contrato entre a OSC e a SMDHC. Tal momento não significa o início imediato do projeto.

- **Em execução:** do primeiro dia de início da execução do projeto até sua data final.
- **Em prestação de contas:** finalização da execução do projeto e apresentação dos relatórios de prestação de contas para apreciação do Departamento de Parcerias da SMDHC e do CMDCA.

Posto isto, para além do projeto identificado que se adequa ao Eixo Estratégico IV, é importante enfatizar que todas as outras etapas referentes aos projetos financiados pelo FUMCAD ocorrem anualmente nas atividades do CMDCA e SMDHC, sendo assim, foi realizado no ano de 2021 o desenvolvimento e aprimoramento de ações de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância, conforme o Eixo Estratégico I, em sua Meta 5 “Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância, em sua estratégia” e estratégia 5.1 “Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.”

PODER LEGISLATIVO

BALANÇO LEGISLATIVO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Balanço 2021

Relatório do Poder Legislativo

METODOLOGIA

Foram consideradas proporsituras que:

- Têm como temática central a primeira infância, resultando em impactos diretos ao PMPI
- Que embora tenham como objeto de regulação outro tema, trazem impactos indiretos à primeira infância, também contribuindo com o PMPI

Foram consideradas emendas que:

- Se relacionam a pelo menos um dos Eixos do PMPI

EIXOS DE ATUAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

- I.** Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância
- II.** Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral
- III.** Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância
- IV.** Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância



LEIS PROMULGADAS

EXEMPLOS:

- **Resolução nº 03 de 14 de abril de 2021 Cria a Frente Parlamentar de Combate à Fome**

Autores: Janaína Lima quem propôs, o qual obteve aderência de todos os Vereadores

- **Resolução nº 05 de 17 de julho de 2021 Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, da Família e do Direito Natural**

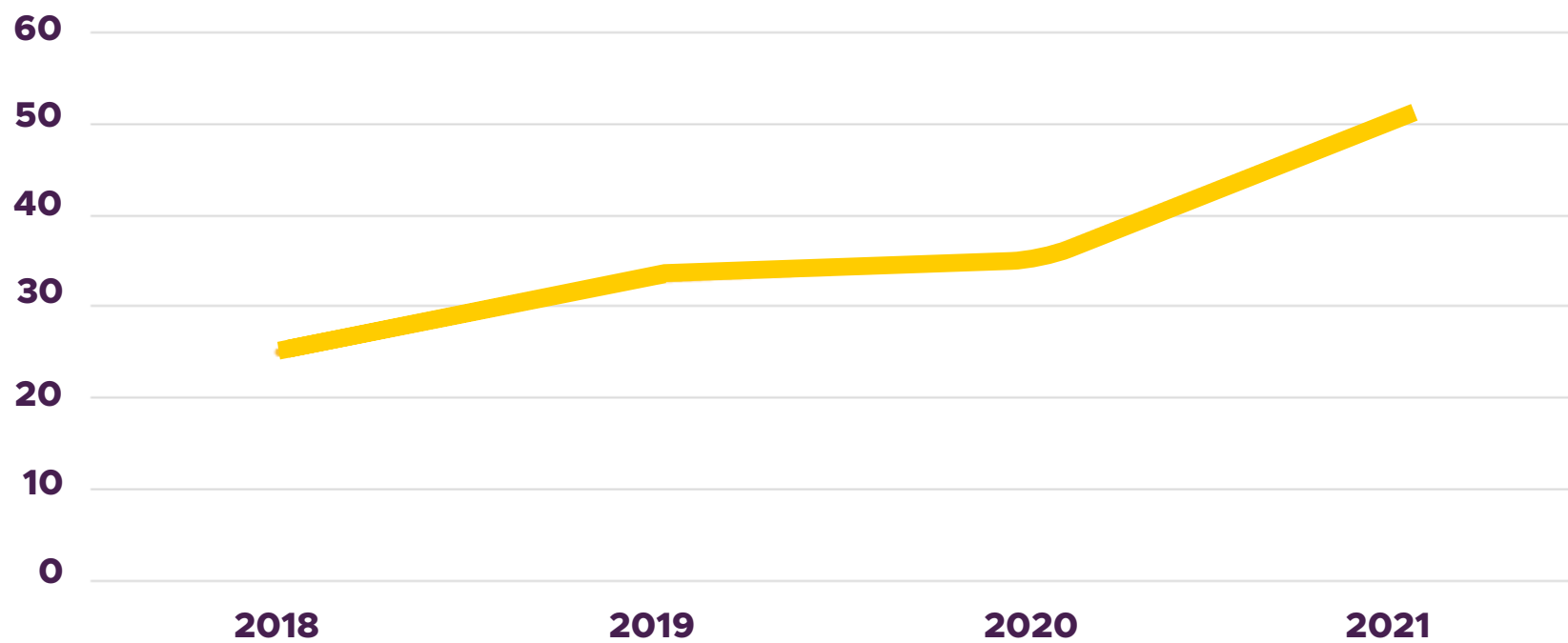
Autores: Sonaira Fernandes, Fernando Holiday, Janaína Lima Rute Costa, Marlon Luz, Sansão Pereira, Delegado Palumbo e Ely Teruel

- **Lei nº 17 713 de 9 de novembro de 2021 Institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal, e dá outras providências**

Autores Rute Costa, Atílio Francisco, Edir Sales, Ely Teruel, Fabio Riva, Faria De Sá, Janaína Lima Marcelo Messias, Rinaldi Digilio e Sandra Tadeu

51 PROJETOS APRESENTADOS E AINDA EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

- 2 Projetos de Resolução
- 2 Projetos de Decreto Legislativo
- 47 Projetos de Leis
- Todos contemplam, de alguma forma, a primeira infância, e seus eixos saúde, assistência social, segurança pública, inclusão, cultura, cuidados e lazer
- PL 562 2021 Ampliação do tempo de permanência das crianças de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias nos CEMEIs

EVOLUÇÃO DE PROJETOS APRESENTADOS QUE TEM A PRIMEIRA INFÂNCIA COMO OBJETO

2021 - 51 Projetos; 2020 - 35 Projetos; 2019 - 33 Projetos; 2018 - 25 Projetos

EMENDAS PARLAMENTARES DIRECIONADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA

PARLAMENTAR	VALOR
Janaína Lima	2.000.000,00
Cris Monteiro	1.737.994,00
Silvia da Bancada Feminista	600.000,00
Paulo Frange	552.500,00
Felipe Becari	500.000,00
Ricardo Teixeira	390.000,00
Aurélio Nomura	357.000,00
Sandra Tadeu	317.110,25
Jair Tattoo	300.000,00
Delegado Palumbo	280.000,00
Carlos Bezerra Jr.	263.000,00
Atílio Francisco	240.000,00
Ely Teruel	220.000,00
Toninho Vespoli	200.000,00
Ântonio Donato	75.000,00
Luana Alves	53.370,94
Alessandro Guedes	50.000,00
Sandra Santana	48.500,00
Eliseu Gabriel	34.000,00
Sansão Pereira	30.000,00
Alfredinho	30.000,00



DIAGNÓSTICO DO MONITORAMENTO

O formato atual de divulgação dos dados de Emendas Parlamentares não permite monitorar de forma precisa o público alvo das propostas. A quantidade de informações é muito sintética e genérica.

Deste modo, há um subdimensionamento do impacto das emendas destinadas à primeira infância e da contribuição dos vereadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que possamos dar mais transparência aos dados de indicação das Emendas Parlamentares, contendo uma descrição detalhada e em série histórica sobre seus objetos, objetivos e público alvo.

Desta forma, será possível construir um monitoramento mais preciso e metodologicamente sofisticado sobre os investimentos do legislativo na política de primeira infância.

SOCIEDADE CIVIL

MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM SÃO PAULO

Balanço 2021

Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na Primeira Infância no município de São Paulo em 2021

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) foi lançado em 2018 na cidade de São Paulo e tem a função de ser guia para a atuação do poder público, da sociedade e das famílias, corresponsáveis na garantia das condições para o pleno desenvolvimento de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade na cidade.

O monitoramento e a avaliação da implementação do PMPI são elementos fundamentais para garantir que as políticas públicas para a primeira infância sejam efetivas, sustentáveis e eficazes. O acompanhamento do PMPI é realizado por uma comissão de avaliação, órgão colegiado responsável pela análise da execução das estratégias, do alcance das metas e do impacto da implementação do plano e é composta pela secretaria do governo municipal, secretaria municipal de assistência e desenvolvimento social, secretaria municipal de educação, secretaria municipal de saúde, secretaria municipal de direitos humanos e cidadania, secretaria municipal de inovação e tecnologia, poder legislativo, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA), conselho tutelar e representantes das organizações da sociedade civil.

O trabalho aqui relatado buscou contribuir para a construção do Relatório de Monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2018-2030 - Prefeitura Municipal de São Paulo referente ao ano de 2021 com dados referentes a atuação da sociedade civil. Como integrantes da



Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância de São Paulo, eleitos como representantes da sociedade civil, com reconhecida atuação na primeira infância, o CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional (em seu segundo mandato) e a Fundação Comunidade da Graça, em processo colaborativo com a coordenação da comissão de avaliação do PMPI, foram responsáveis pela construção da ferramenta de avaliação e execução da pesquisa.

Considerando a participação das organizações da sociedade civil como potentes recursos para implementação e execução do PMPI, a pesquisa partiu da experiência prévia de 2020, e já relatada por essa comissão, e aprimorou a ferramenta de diagnóstico de atuação das organizações da sociedade civil na primeira infância (PI) na cidade de São Paulo.

Além da divulgação nas redes sociais das entidades da sociedade civil, nesta segunda edição de diagnóstico das OSC, optou-se por envolver o CMDCA, como referência de projetos voltados a PI, para facilitar a identificação das referidas entidades.

SOBRE O PROCESSO E ATORES

O processo considerou a necessidade, já discutida acima, de mapear a sociedade civil atuante na implementação e execução do PMPI a partir dos eixos estratégicos e metas do PMPI.

Foram realizadas 4 reuniões virtuais que contaram com a presença do CREN, da Fundação Comunidade da Graça, da coordenação da comissão de avaliação do PMPI e do representante do CMDCA na comissão de avaliação do PMPI.

Utilizando a experiência prévia de 2020, foi reformulado o questionário, utilizando novamente o google forms, e com base no levantamento e atualização dos endereços eletrônicos e contatos telefônicos dessas OSC, foi realizado envio do convite para responder questionário on-line. As duas entidades representantes da comissão realizaram força tarefa para divulgação da pesquisa em suas redes sociais e semanalmente foi replicado pelo sistema o envio dos questionários aos e-mails que não acusaram resposta.

SOBRE O INSTRUMENTO UTILIZADO

O questionário foi construído de forma colaborativa com a coordenação da comissão de avaliação do PMPI e disponibilizado por meio do aplicativo gratuito Google Forms do dia 20 de junho ao dia 10 de julho de 2022. Os relatórios das informações coletadas foram gerados em planilhas de Excel. As perguntas objetivaram reconhecer os recursos utilizados pelas OSC, os eixos estratégicos em que atuam, bem como com quais metas desses eixos as OSC colaboraram para o alcance em 2021.

Foram realizadas as seguintes perguntas em formato fechado:

- 1) Distrito de São Paulo em que se localiza a sede da instituição;
- 2) Origem dos recursos financeiros para a sustentabilidade da organização (cinco principais fontes de recursos da entidade);
- 3) Em quais dos 4 eixos estratégicos do PMPI a instituição atuou em 2021 com a Primeira Infância (crianças menores de 6 anos) em cada distrito de São Paulo;



4) Em quais metas dos 4 eixos estratégicos a instituição atuou em 2021 com a Primeira Infância (crianças menores de 6 anos) em cada distrito de São Paulo.

SOBRE OS RESULTADOS

Foram realizados 138 contatos telefônicos com objetivo de confirmação e atualização de endereço eletrônico e 568 e-mails foram enviados. Quarenta e quatro OSC responderam ao questionário on-line, o que corresponde 7,7 % dos e-mails enviados.

Com relação a localização das sedes das entidades respondentes, houve uma maior concentração nos distritos do Ipiranga, Vila Prudente e Butantã.

Com relação a origem dos recursos, das 44 das OSC, 72,2% destas identificaram os recursos oriundos de parcerias com o poder público uma das cinco principais fontes de recursos, em seguida, surgem as doações e patrocínios de empresas, relatada por 45,5% dos respondentes como uma das cinco principais fontes de recursos. Doações de pessoas físicas foi apontada por 40,9% das entidades respondentes como uma das cinco fontes de recursos.

Quando questionado sobre a atuação por eixo estratégico do PMPI por distritos, 33 das 44 OSC respondentes se reconheceram no Eixo Estratégico I (Garantir as condições para a articulação intersetorial dos

programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância) com maior concentração dessas OSC nos distritos da região leste como Cidade Tiradentes, Itaim Paulista e na região sul Grajaú e Jardim Ângela. Ainda com relação a atuação no eixo estratégico I (figura 1), 76,7 % as OSC se reconheceram colaborando para o alcance da meta 2 (Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço) e 69,9% no alcance da meta 3 (Garantir a formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância).

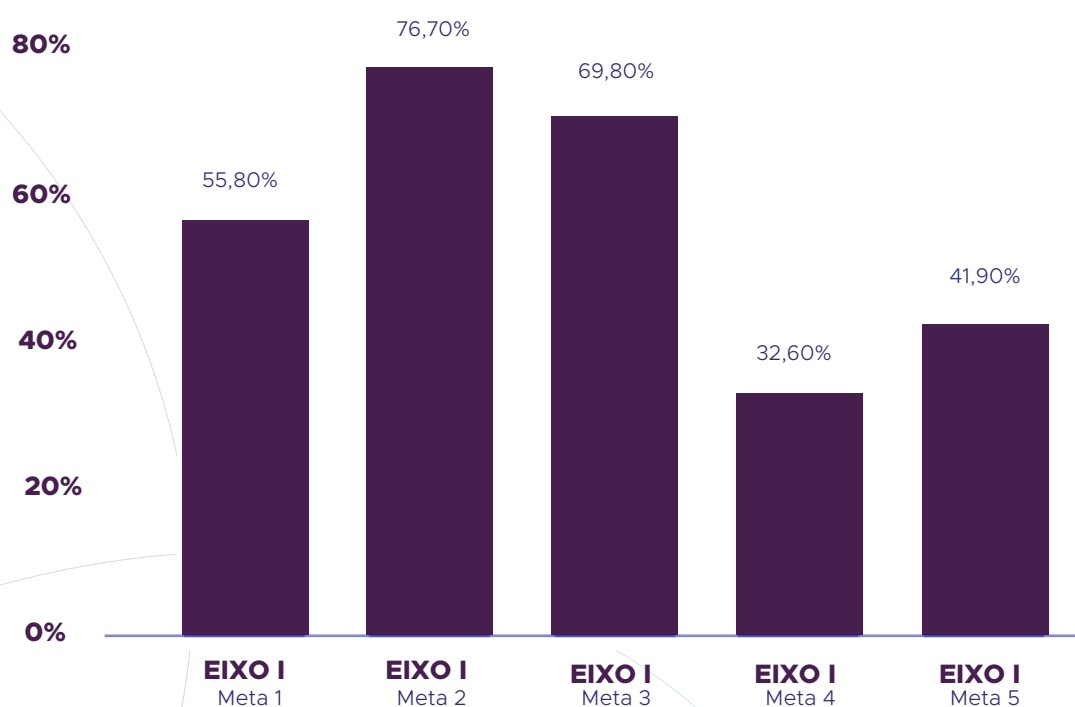


Figura 1: Atuação das OSC no eixo estratégico I por metas

Com relação ao Eixo Estratégico II (Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral), houve atuação das OSC em 49 dos 96 distritos, com maior concentração nos distritos fronteiriços da zona leste e na zona sul Grajau e Jardim Ângela e zona norte, Brasilândia. Conforme a figura 2, mais de 86% das OSC responderam em 2021 para o alcance da meta 4 (Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância) e 77,3% para o alcance da meta 1 (Garantir atendimento a todas as crianças de 0 a 3 anos) do eixo estratégico II.

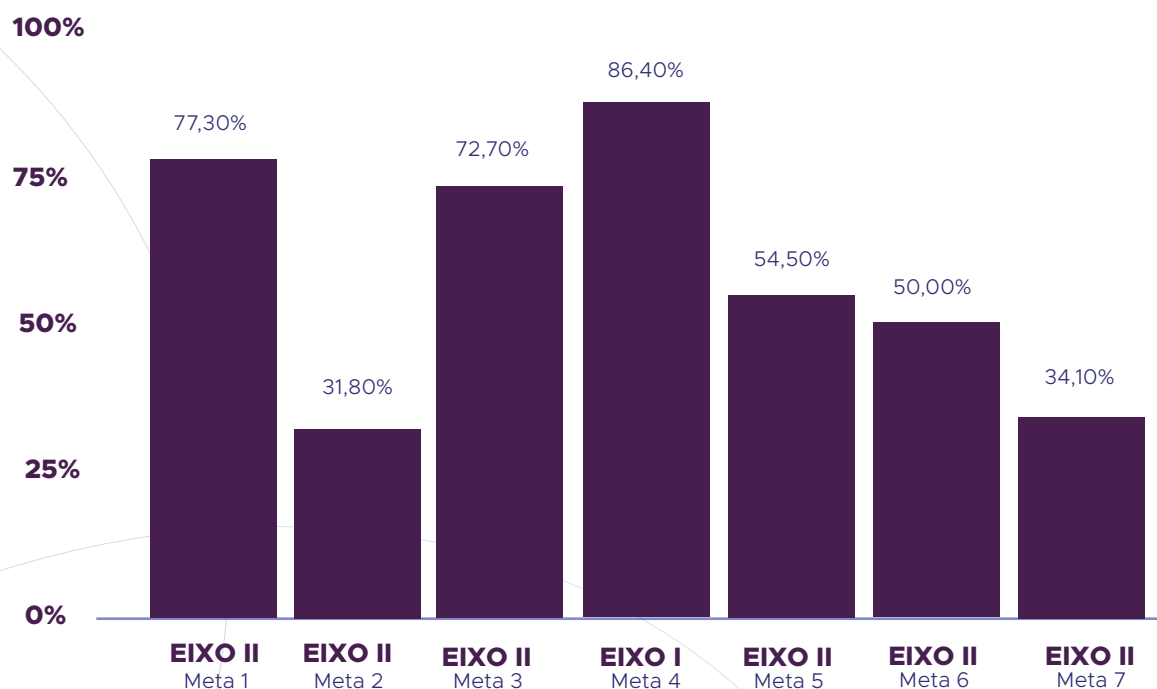


Figura 2: Atuação das OSC no eixo estratégico II por metas

Sobre o eixo estratégico III do PMPI que trata de garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância, houve uma concentração maior de OSC nos distritos do Ipiranga, Vila Prudente e Vila Mariana na região Sudeste, Grajau na região sul e na zona leste nos distritos de Iguatemi, Cidade Tiradentes e Guaianases. Mais de 80% das OSC se reconheceram atuando para o alcance da meta 4 do eixo III e 73,2% no alcance da meta 1.

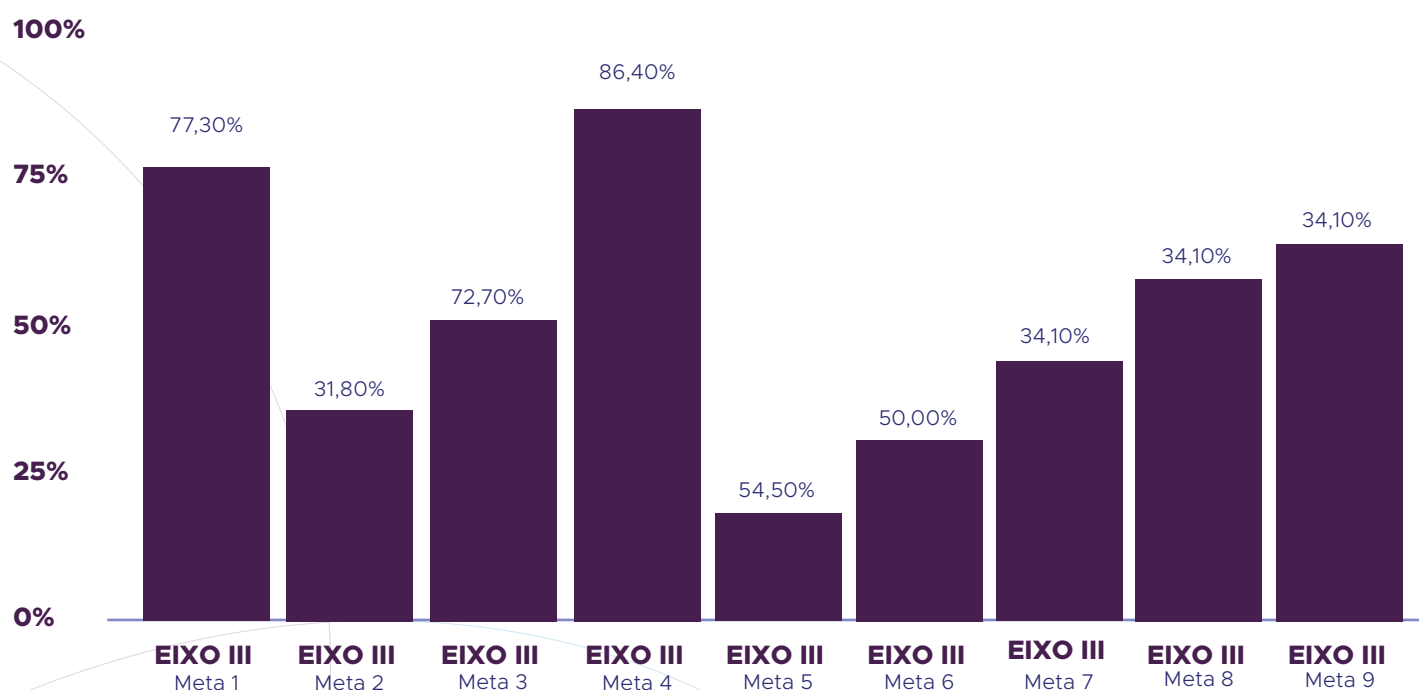


Figura 3: Atuação das OSC no eixo estratégico III por metas.

E por fim, sobre o eixo IV, que trata de garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância, houve uma maior concentração das OSC nos distritos de Capão Redondo, Jardim São Luiz e Grajaú na região Sul, em Brasilândia na região norte e nos distritos de Jabaquara e Ipiranga na região sudeste da cidade. Mais de 75% das OSC realizaram ações em 2021 para alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos (meta 1), e mais de 63% das OSC atuaram para reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância (meta 2)

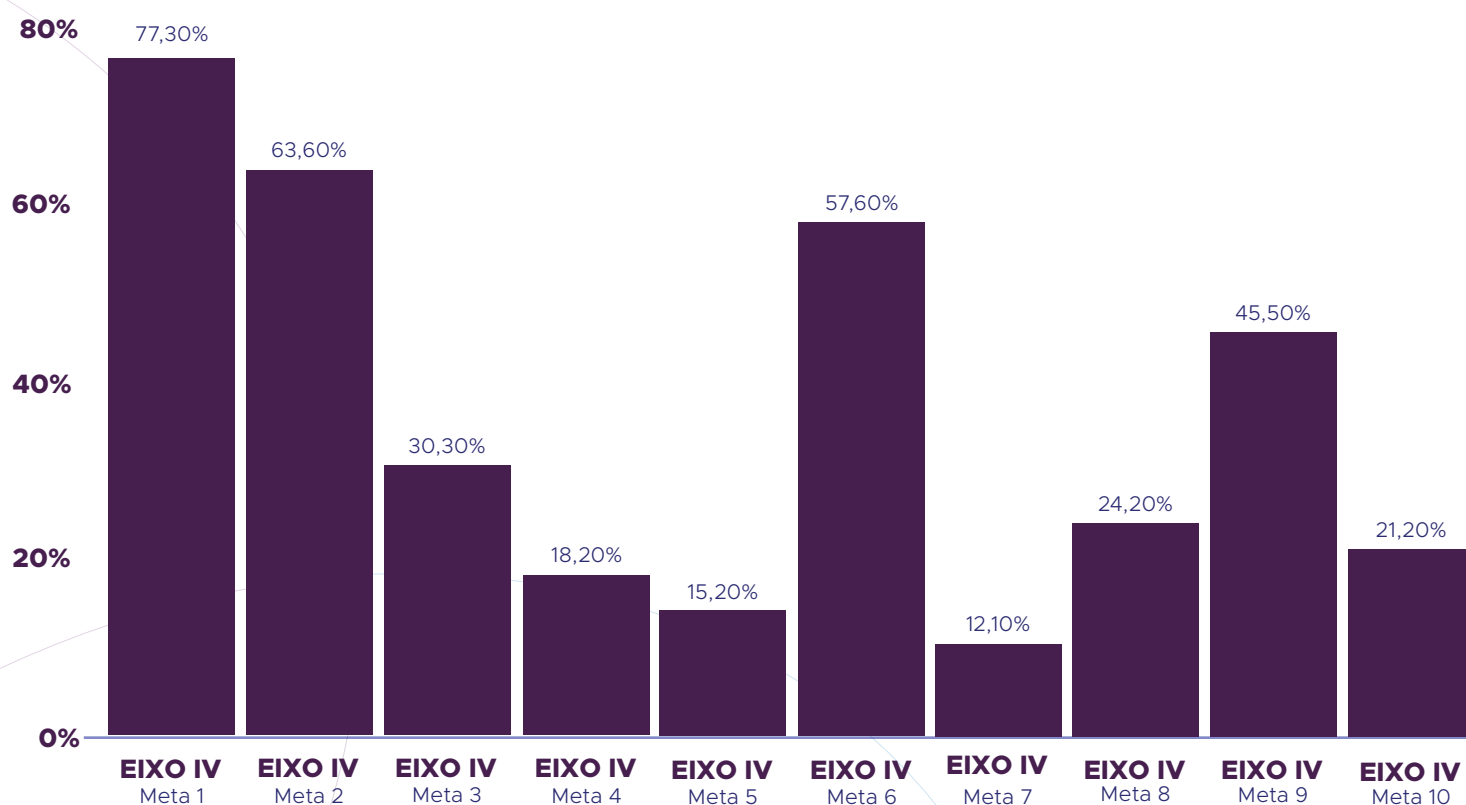


Figura 4: Atuação das OSC no eixo estratégico IV por metas.

LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS

Apesar dos esforços e empenho por parte das entidades CREN e Fundação Comunidade da Graça e do apoio da coordenação da comissão de avaliação, observou-se um número expressivamente menor de respostas comparados à pesquisa de 2020. Esse número menor de respostas pode estar associado ao desafio de sustentabilidade que as organizações vêm enfrentado em função da crise socioeconômica instalada.

Os dados apresentados não têm a pretensão de inferência posto o número reduzido de respostas e trata-se de um recorte da atuação das OSCs em 2021.

Observa-se como um desafio a ser superado é a necessidade de apresentar os resultados de forma distrital, com vistas a favorecer a redução das desigualdades marcantes entre os 96 distritos e favorecer a participação social e a apropriação dos territórios. Nesse sentido os comitês regionais têm importante papel nesse processo.

Outro ponto a ser considerado, para além da produção e organização da informação, é o papel de controle social que as organizações da sociedade civil têm na comissão de avaliação. Esse papel deve ser exercitado especialmente nos espaços de discussão dos resultados da implementação e execução do PMPI. Posto isso, a criação de um grupo de trabalho para discutir metodologias de avaliação de impacto do PMPI foi um avanço da comissão de avaliação em 2021.

A participação da sociedade civil na comissão de avaliação se dá oficialmente por um processo eleitoral transparente e legítimo. Porém, ao se discutir representatividade, devido a pluralidade das organizações



da sociedade civil, faz-se necessário uma maior mobilização e participação da sociedade civil no PMPI.

Nesse sentido, é fundamental identificar as organizações da sociedade civil que atuam em prol da PI na cidade de São Paulo. Para isso é preciso a soma de esforços dos atores envolvidos para o melhor diagnóstico desse recurso, mapeando e fortalecendo assim as redes dessas organizações, e ampliando a sua participação.



